

Principais notícias no site e boletins do Sepe em 2011 sobre a rede estadual

**(incluindo denúncias mais graves de
2009 e 2010)**

Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ

Denúncia: SEEDUC já começou a promover o fechamento de escolas noturnas estaduais 25/11/2011

Ontem, vários profissionais de educação que trabalham no Colégio Estadual Francisco Cabrita (Avenida Melo Matos 34 - Tijuca) tiveram uma desagradável surpresa quando foram abrir as novas contas dos servidores do Estado no Bradesco e foram informados pelos funcionários do banco que eles não estão mais lotados nesta escola e, sim, na Escola Estadual Herbert Viana. A informação é uma confirmação clara de que o projeto do secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia, de promover o fechamento de dezenas de escolas estaduais noturnas já começou, sem qualquer aviso prévio para as comunidades escolares.

Ao promover o fechamento de escolas e a transferência de profissionais e alunos para outras, a SEEDUC, mais uma vez, demonstra toda a sua insensibilidade e o seu descompromisso para o processo pedagógico dos alunos e mostra também não ter nenhuma sensibilidade ao fechar uma escola que atende alunos de uma das comunidades da Tijuca, transferindo estes alunos para uma outra unidade, localizada em área de difícil acesso e mais distante das suas residências - no topo de uma ladeira, que fica no pé do morro do Turano, o que pode criar problemas de acesso para os alunos que estudavam na Francisco Cabrita, muitos deles com idades avançadas e que terão que subir uma ladeira para poderem continuar estudando.

A comunidade escolar, ao ficar ciente do fechamento da sua escola, já avisou que não irá aceitar a transferência e irá se mobilizar para reverter a situação.

Alerj suspende na Justiça ação contra animadores culturais 23/11/2011

A Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) conseguiu ontem (22/11), através de um efeito suspensivo na Justiça, decisão favorável para os animadores culturais das escolas estaduais, suspendendo uma ação do Ministério Público estadual, que pede a exoneração daqueles profissionais - foto: animadores fazem protesto em frente à Seeduc.

O processo corre na 13ª Vara de Fazenda Pública e teve início em 2011. A ação foi motivada pela aprovação de uma emenda constitucional (gerada pela PEC 48/09) pela Alerj, em 2010, que incluía a animação cultural entre os princípios nos quais o ensino se basearia no estado. Na prática, ela regulamentava a função de animador, beneficiando os profissionais remanescentes do grupo de 1,5 mil contratados em 1994, no governo Brizola, para atuarem nos Cieps - cerca de 500 profissionais.

A ação civil pública pedindo a exoneração dos animadores não concursados, bem como a realização de concurso público para contratá-los, foi proposta este ano pelo MP estadual, e teve decisão favorável da Justiça. Com este efeito suspensivo conquistado pela Procuradoria da Alerj, no entanto, a sentença foi suspensa até o julgamento da ação por uma das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça.

Isso faz com que os animadores respirem aliviados, pois a demissão destes trabalhadores seria uma grande injustiça; esses profissionais seriam demitidos sem nenhum direito previdenciário assegurado, já que o estado recolheu sua contribuição e não passou para o INSS. Esta irregularidade gravíssima deixou os animadores sem a possibilidade de pedirem licença médica e mesmo a aposentadoria.

Esperamos que essa decisão venha a ser acompanhada de uma decisão do governo do estado de resolver este problema de uma vez por toda, regularizando a profissão.

Nota do Sepe sobre a divulgação da Seeduc de que existem 120 mil alunos fantasmas nas escolas estaduais 16/11/2011

A imprensa divulgou hoje, dia 16/11, a informação do secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, de que existem "120 mil alunos fantasmas" nas escolas estaduais - estudantes que abandonaram as aulas, apesar de estarem normalmente matriculados. O secretário também afirma que irá corrigir os dados para o próximo ano. O Sepe considera que estes 120 mil alunos que abandonaram as aulas não são "fantasmas" e sim alunos evadidos, e que por motivos diversos, inclusive sociais, abandonaram as escolas, sem o apoio devido da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) para continuar os estudos.

O Sepe teme que a afirmação do secretário de que irá "corrigir os dados" sobre estes milhares de alunos evadidos pode significar o fechamento de escolas - o próprio secretário já confirmou

que irá fechar 48 unidades noturnas para o próximo ano letivo. Na matéria de hoje, a Seeduc informa que a manutenção destes alunos por ano tem um custo de R\$ 297 milhões – valor este que será economizado, para o secretário, com o corte destas vagas.

O Sepe esclarece que é contra o corte de vagas e o fechamento de escolas – estes dados sobre estes supostos alunos fantasmas têm que ser, portanto, detalhadamente analisados. A rede estadual, já tão carente de receitas e estrutura, não pode sofrer mais cortes nas matrículas e muito menos ter escolas fechadas.

Não que o sindicato seja contra a reorganização dos gastos do governo, tendo em vista uma melhor aplicação do orçamento – o sindicato é contra, isso sim, os gastos indevidos, a malversação de verbas, o favorecimento de empresas, contra o lançamento de notas falsas no programa “Conexão Educação”, a partir de orientação da própria Secretaria, entre outras sérias denúncias contra o governo de Sérgio Cabral trazidas pela imprensa nos últimos anos.

Desta forma, para o Sepe, a solução em relação à evasão de alunos não é o corte de verbas, como pretende a Seeduc, e sim um trabalho articulado entre as escolas e o governo.

Fechar escolas é crime: Sepe fará campanha e protesto no dia 23/11 contra fechamento de escolas estaduais noturnas

11/11/2011

O Sepe, juntamente com os profissionais e alunos das escolas estaduais noturnas ameaçadas de fechamento, realizará um ato no dia 23 de novembro, na porta da SEEDUC, a partir das 18h, para protestar contra o anúncio feito pelo secretário de estado de Educação, Wilson Risolia, de fechamento de 48 unidades que funcionam em regime compartilhado com a Secretaria Municipal de Educação (município de dia e estado no turno da noite).

Além do ato, o sindicato vai promover uma campanha intitulada "Fechar escolas é crime", veiculando mensagens contra a política da SEEDUC de extinção de escolas noturnas em carros de som nas ruas da capital e dos municípios que também terão unidades fechadas, colagem de cartazes, distribuição de adesivos como slogan contra a medida e publicação de encarte publicitário em um jornal de grande circulação. Para o ato do dia 23 de novembro, o sindicato também veiculará uma chamada de rádio para mobilizar profissionais, alunos e responsáveis envolvidos no problema e a população em geral.

Em 2010, o Sepe esteve à frente da luta em várias escolas ameaçadas, mobilizando as comunidades escolares com atos de protesto, reuniões e audiências na SEEDUC para reverter o processo de extinção de escolas, que ameaçava o ano letivo dos alunos do ensino estadual noturno. A mobilização foi iniciada em meados deste ano, quando Risolia anunciou a intenção de fechar mais de duas dezenas de escolas noturnas que atendiam alunos da região da Tijuca, Rio Comprido e Centro. Graças à mobilização, a secretaria acabou revertendo o fechamento. Em outubro, foi a vez da mobilização da comunidades na escola Tereza Cristina (Brás de Pina), onde a SEEDUC queria extinguir várias turmas e realocar os alunos há dois meses do final do ano letivo. Depois de vários protestos e reuniões na escola, na Metropolitana local e na SEEDUC, o secretário recuou da decisão e os alunos não foram prejudicados.

Agora, a SEEDUC volta a atacar o direitos dos alunos à escolas públicas noturnas e ameaça fechar 48 unidades para o ano letivo de 2012. A iniciativa faz parte do processo de municipalização e de "otimização" das unidades estaduais e o sindicato e as comunidades escolares não irão permitir que a política de mercantilização da escola pública estadual prejudique ainda mais a educação em nosso estado.

Vitória: Mobilização obriga governo a suspender fechamento de turmas no CE Teresa Cristina em Brás de Pina

27/01/2011

Graças à mobilização de toda a comunidade escolar que, há duas semanas lutava contra a decisão da SEEDUC e da Metropolitana 3 de promover o fechamento de seis turmas na unidade, a comunidade do Colégio Estadual Teresa Cristina (Brás de Pina) conseguiu reverter a "otimização" que a Secretaria queria na escola, com a extinção de várias turmas. Ontem, a comunidade escolar foi para a sede de Metropolitana 3 e, durante toda a tarde, um grupo de 10 profissionais e 10 alunos se reuniram com o coordenador administrativo, prof. Alan e com a coordenadora de Gestão de Pessoas da Coordenadoria, prof. Ligia para mostrar os prejuízos

que o fechamento das turmas, há menos de dois meses do fim do ano letivo, causaria para os alunos. Cientes da mobilização e do ato de protesto com uma passeata que seriam realizados no início da noite, os representantes da Metro 3 anunciaram que as turmas não seriam mais fechadas neste ano.

O recuo do governo do estado é mais uma prova de que a mobilização das comunidades escolares pode conseguir vitórias sobre a política pedagógica que o governo estadual vem tentando implementar a ferro e fogo nas escolas estaduais, com a ameaça de fechamento de turmas e exoneração de direções comprometidas com as comunidades escolares, além da perseguição de profissionais que participaram da última greve nas escolas estaduais. O Sepe tem denunciado estas práticas e, inclusive, já esteve algumas vezes na SEEDUC para cobrar do secretário a suspensão de tais medidas.

Depois do anúncio da vitória da comunidade do CE Teresa Cristina, a passeata pelas ruas de Brás de Pina foi suspensa, mas profissionais, alunos e responsáveis fizeram um ato público para comemorar a vitória e a manutenção dos direitos dos alunos da escola a continuarem estudando nas suas turmas originais.

Atenção profissionais da rede estadual com lançamentos a menos e descontos indevidos nos contracheques

30/09/2011

Tendo em vista sucessivos problemas com os contracheques da rede estadual disponibilizados pela Internet, como o de lançamentos a menor no pagamento de GLPs ou Nova Escola, a direção do Sepe orienta os profissionais que detectarem o problema nos seus contracheques para que enviem cópias dos últimos quatro meses (junho, julho, agosto e setembro) para o sindicato (ou núcleos e regionais) para que a direção possa interpor a SEEDUC, mostrando as diferenças nos pagamentos da categoria.

No início desta semana, o Sepe esteve na secretária, onde foi recebido pelo subsecretário de Gestão de Pessoas que reconheceu problemas com os lançamentos nos contracheques pelo Proderj (descontos irregulares de greve e em gratificações como GLPs e de difícil acesso) e prometeu que o problema seria sanado. No dia seguinte a SEEDUC publicou uma nota, reconhecendo o erro e avisando que tiraria os contracheques do ar para saná-lo. Agora, continuamos recebendo mensagens e telefonemas de profissionais reclamando sobre lançamentos a menos nas GLPS e, por isso, solicitamos à categoria para que envie cópias dos últimos contracheques para que possamos apresentá-los à SEEDUC.

Exoneração de diretora adjunta do CE Visconde de Itaboraí revolta comunidade escolar: Veja nota do Sepe Itaboraí

29/09/2011

Veja abaixo nota do Sepe Itaboraí sobre os fatos que envolveram a arbitrária exoneração da diretora adjunta do Colégio Estadual Visconde de Itaboraí e que revoltaram a comunidade escolar, que já marcou um protesto para o dia 6 de outubro, na Praça Marechal Floriano, a partir das 18h:

DIRETORA GERAL DO CEVI AMEAÇADA DE EXONERAÇÃO POR CAUSA DA GREVE

A diretora geral, eleita pela comunidade escolar, recusou-se a assinar a exoneração da diretora adjunta grevista e foi ameaçada de exoneração pela coordenadora pedagógica da Regional Serrana I.

Na última sexta-feira (24/09/11) a coordenadora pedagógica da Regional Serrana I compareceu ao Colégio Visconde de Itaboraí e adotou um procedimento no mínimo discutível. Em reunião com a diretora geral da escola, Eliane Arruda, e mais três testemunhas a coordenadora afirmou que a mesma seria exonerada. O motivo teria sido a sua recusa em assinar a solicitação de exoneração da diretora adjunta Maria de Lourdes Monteiro pelo fato desta ter aderido à recente greve dos profissionais da educação da rede estadual de ensino. A recusa teria ocorrido em outra reunião, realizada anteriormente e devidamente documentada. Em sua fala, a coordenadora disse que na ocasião a diretora geral teria "assinado a sua sentença" ao não assinar o documento.

O caso é de assédio moral e consideramos a atuação da coordenadora antiética para dizer o mínimo. Pressionar alguém para que assine um documento que ataca diretamente uma companheira de trabalho não é compatível com a importante função de coordenadora pedagógica. Tal postura não dignifica o cargo.

Como não se trata da primeira investida de um representante do governo do senhor Sérgio Cabral (PMDB) contra diretores grevistas, achamos que se trata de uma política deliberada nas altas instâncias do poder. Isso já ocorreu em algumas escolas em Niterói. Tudo isso a despeito da afirmação pública, em audiência com o SEPE, do Subsecretário de Educação, Antônio Neto de que não haveria perseguições aos grevistas. As lideranças do governo não fazem o serviço sujo diretamente, mas pressionam as direções de escola a fazê-lo.

Quanto ao ocorrido no CEVI, a coordenadora afirmou ainda que o fato da diretora adjunta ter aderido à greve “atrapalhou o processo pedagógico da escola”. Sabemos que não. Pelo contrário, a atitude da diretora adjunta demonstra coragem e serve de exemplo prático de uma pedagogia da liberdade e autonomia do profissional de educação e da escola pública. Já a coordenadora “pedagógica”, em sua fala, atitude e método, no que têm de autoritário, subreptício e inadequado, revela uma pedagogia que “deseduca”.

Para corroborar o que já assinalamos, a coordenadora cometeu ainda outro desacerto ético. Ofereceu a duas pessoas presentes na reunião, diante da diretora, o cargo de direção geral. As professoras obviamente recusaram a oferta. Isso, a despeito da argumentação da coordenadora de que a gratificação em termos financeiros seria “muito boa”. Mais um constrangimento.

Quanto à tentativa de punir a diretora adjunta grevista e, em decorrência, a diretora geral, cabe informá-la, melhor, educá-la sobre o artigo 9º da Constituição da República Federativa do Brasil:

“Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Todos os procedimentos adotados pela coordenadora, nesta e em outras ocasiões, têm sido informais, raramente documentados. Devemos lembrá-la que a atuação do estado e logo dos seus representantes deve ser impessoal e formalizada em documentos. Seria inépcia ou efeito da cultura política que elevou a coordenadora à sua posição atual? Achamos que as duas coisas. Em relação à cultura política que perpassa os círculos do poder dentro e fora do estado podemos dizer o seguinte: ela sobrevive nas relações de mando e submissão à autoridade, mesmo que isso vá contra os princípios de organização e funcionamento do ente público; atua ao arrepio da lei e converte o estado e seus cargos em instrumentos de ação a serviço de interesses privados. A coordenadora agride o princípio republicano do bem comum ao exceder às atribuições de seu cargo e adotar uma conduta personalista no trato de uma questão pública, a qual envolve toda comunidade escolar do Colégio Estadual Visconde de Itaboraí.

A vontade de pais e outros responsáveis, alunos e profissionais da escola deve prevalecer sobre os compromissos políticos que movem o atual governo do estado e sua representante na Coordenadoria Pedagógica Regional Serrana I. Foi a comunidade escolar que, apesar de todas as pressões, garantiu (e garantirá) a eleição dos diretores do CEVI, em um processo democrático e transparente, fruto de luta e conquista!

Diante do narrado acima, o SEPE e a CEAI (Comunidade dos Estudantes e Amigos de Itaboraí), juntos com a Comunidade Escolar do CEVI realizarão uma manifestação no dia 06 de Outubro, às 19:00 hs, na Praça Marechal Floriano Peixoto, em Itaboraí.

Contamos com a participação de todos que defendem uma EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE e DEMOCRÁTICA.

Assina: Sepe Itaboraí

10% do PIB para a Educação! Plebiscito de 6/11 a 6/12

27/09/2011

A campanha em favor dos 10% do PIB para a Educação no estado do Rio já começou e o Sepe está integrado nela, como não podia ser diferente!

Neste link, leia o blog da campanha.

Aqui, você tem acesso à petição eletrônica.

Clique aqui para imprimir o adesivo ou usá-lo nas redes sociais.

- 06 de novembro a 06 de dezembro: Plebiscito.

Vitória da luta dos servidores estaduais: TCU impede a cessão do IASERJ para o INCA

21/09/2011

O Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de publicar um despacho em que se posiciona de forma contrária à cessão do complexo do IASERJ Central ao Instituto Nacional do Câncer (INCA) para a construção de um Centro de Pesquisas e ampliação do Hospital do Câncer localizado ao lado do IASERJ. A decisão do Tribunal suspende implicou na suspensão do processo licitatório que o INCA promoveria hoje para a contratação de uma empresa para demolir os prédios do Instituto de Assistência aos Servidores Estaduais.

A decisão do TCU é uma prova de que a luta dos servidores pela preservação do patrimônio do IASERJ vale à pena. Mais do que nunca o IASERJ continua vivo, apesar de todas as tentativas do governo estadual de sucatear o órgão. Nos últimos meses, o Instituto teve um crescimento médio de cerca de 150% nos atendimentos e procedimentos ambulatoriais, exames laboratoriais, exames de imagem e internações.

A luta agora é pela reativação de todos os prédios do Hospital Central, o que possibilitará a disponibilização de 400 leitos, sendo 60 de CTI, 130 leitos cirúrgicos e 210 leitos clínicos de retaguarda.

Saerjinho já foi aplicado em Resende - sigilo da prova foi quebrado

20/09/2011

A direção do Sepe Central foi informada que a prova do Saerjinho já foi aplicada hoje, dia 20, no município de Resende. Antes, portanto, da data anunciada pela Seeduc, que seria amanhã, dia 21. Esta antecipação em algumas escolas certamente é uma tentativa de minorar os efeitos da paralisação convocada pelo Sepe nesta quarta em protesto contra o Saerj. Com isso, o sigilo da avaliação já está comprometido.

O Sepe pergunta: que avaliação é esta que pretende medir os conhecimentos dos alunos de modo universal, se ela é aplicada em datas diferentes na rede? Lembramos que em julho a Seeduc aplicou a prova durante três dias (quando deveria aplicar em apenas um dia a mesma prova), buscando, à época, evitar o boicote realizado pela categoria, que estava em plena greve. Também naquele momento o sigilo foi comprometido.

Ou seja, pelo visto não são os conhecimentos que a prova supostamente trará sobre os alunos que interessa à secretaria; interessa é realizar a avaliação a todo custo, mesmo que para isso o sigilo seja quebrado, comprometendo todo o resultado final em determinadas regiões.

O Sepe convoca a categoria a realizar a paralisação nesta quarta, dia 21, contra a realização do Saerjinho.

Seeduc anuncia municipalização de escolas da capital e Niterói em 2012 – governo quer gastar menos com a educação pública

15/09/2011

A Secretaria Estadual de Educação do Rio (Seeduc) anunciou na imprensa que os alunos do Ensino Fundamental das escolas da rede estadual dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói serão totalmente transferidos para as respectivas redes municipais em 2012. A notícia atinge diretamente 44 mil alunos na capital e 19 mil em Niterói e pegou de surpresa até os secretários daqueles municípios, que, pelo visto, não foram avisados de nada.

A secretária de Niterói - aliás, a rede de Niterói está em greve desde 1º agosto e o prefeito vem se notabilizando pela falta de negociação – disse à imprensa que a municipalização é “inviável”. Para o Sepe, o secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, com esta atitude, tenta se livrar de todo um segmento educacional para economizar o dinheiro da sua pasta, ao invés de aumentar as verbas da educação como um todo. Risolia também não leva em conta se os municípios têm condições estruturais de assumir os alunos. O secretário, além de não ter ouvido os profissionais de educação, tomou uma decisão gerencial e não educacional, como é do feitio deste profissional, que é economista e não educador.

Eis os principais problemas da municipalização:

- 1) O projeto da municipalização das escolas de ensino fundamental é mais uma manobra do governo estadual para diminuir ainda mais os investimentos na educação pública;
- 2) Alegar na imprensa, como fez o secretário, que haverá uma “economia” com essa municipalização de R\$ 170 milhões anuais para ser usada “em obras e aumentos salariais” é assumir a política do cobertor curto, repassando o “problema” das escolas de Educação Fundamental para os municípios;

3) Os municípios, na sua maioria, não têm condições de arcar com os custos decorrentes da absorção desse segmento;

4) A passagem do ensino fundamental para as prefeituras faz com que o governo do estado deixe de investir na Educação Fundamental e, assim, descumpra a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que fala em responsabilidade compartilhada de estados e municípios no ensino fundamental;

5) Com a criação do FUNDEB, o financiamento da educação foi ampliado para a Educação Infantil e Ensino Médio. O governador Sérgio Cabral, para agradar seus aliados políticos e também para tentar esconder a crise da educação estadual, desde 2006 vem municipalizando escolas;

6) O Professor II (específico no ensino fundamental) vem tendo seu cargo extinto na rede.

A luta contra o desmonte da rede tem que ser dar por uma ampla resistência dos profissionais da educação e da comunidade escolar. Escolas não podem se tornar um "depósito de alunos" para que as autoridades deixem de se responsabilizar com a educação.

Não podemos aceitar esta municipalização forçada! A sociedade tem que discutir o projeto e cobrar dos governos federal, estadual e das prefeituras o investimento que a educação pública tem que receber e que é previsto na lei – mas que a maioria dos governantes não cumpre.

Documento contra a intervenção no CE Joaquim Távora de Niterói

13/09/2011

Somos todos do Colégio Estadual Joaquim Távora: o Colégio Estadual Joaquim Távora (CEJOTA), uma das maiores e mais antigas escolas do Estado do Rio de Janeiro, viu sua estimada diretora ser dispensada do cargo de forma sumária. Cargo para qual foi ELEITA e há anos exerce de forma irrepreensível. Maria Tereza da Costa Frickmann é uma profissional exemplar, que sempre teve como objetivo dar conta da qualidade de ensino e tudo o que é condição para alcançá-lo, além de manter um diálogo aberto com professores, funcionários, alunos e pais, garantindo o direcionamento do projeto pedagógico de forma coletiva.

Representantes dos professores, estudantes e funcionários, em conjunto com o SEPE-RJ, em audiência com representantes da Secretaria de Educação tentaram sensibilizar os atuais representantes do Governo do Estado: em vão.

É por isso que a comunidade do Colégio Estadual Joaquim Távora exige explicações e solicita a revisão da dispensa de Maria Tereza da Costa Frickmann. O que está por trás da postura da Secretaria (criou-se uma justificativa banal e equivocada para sua dispensa, negando o acesso ao inteiro teor do processo a comunidade escolar) é a postura da Diretora e de toda a comunidade em não aceitar o fechamento de 6 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da sua unidade, a qual foi ordenada pela Seeduc.

Avaliamos que a postura da Secretaria de Educação em exonerar uma direção eleita em um colégio que tradicionalmente tem um perfil pedagógico crítico e em defesa da educação pública de qualidade é uma demonstração clara de autoritarismo e desrespeito à democracia.

É uma indignidade ver o descaso com que a educação é tratada no Estado do Rio de Janeiro. Lutamos por uma educação pública de qualidade, não podemos nos omitir e deixar que o nosso futuro seja destruído pelo descaso das autoridades para com a educação das camadas populares.

Buscamos nossos direitos, queremos dignidade. Então vamos lutar para conquistar.

Somos todos do CEJOTA!

Em defesa da Educação Pública e da Autonomia Pedagógica!

Não à ditadura do Governo do Estado!

Pela volta da Diretora Maria Tereza!

Não ao fechamento de turmas do EJA!

Informações sobre o colégio: com 87 anos de existência, o Colégio Estadual Joaquim Távora está ao lado de um famoso bosque em Icaraí, Niterói. Nos anos 1920, esse bosque era a própria escola, com aulas ao ar livre, salas de aula separadas por árvores, posteriormente sendo nomeado Campo de São Bento. Atualmente o colégio atende a mais de 2200 alunos, com cerca de 200 professores e funcionários. A escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite, no ensino fundamental e ensino médio.

Pedagogicamente o Joaquim Távora tem a preocupação de trabalhar a diversidade, pois o colégio não tem características de ser um estabelecimento de ensino de bairro, pois recebe estudantes de várias regiões de Niterói e outros municípios e níveis sociais. Com isso, os professores têm o cuidado de trabalhar as disciplinas de maneira pouco ortodoxa, de forma

que possibilite aos estudantes um convívio mais abrangente e democrático na construção de conhecimentos e novos saberes. O programa está sempre sendo reestruturado e adaptado às necessidades dos educandos.

Sepe convoca rede estadual a boicotar o Saerjinho dia 21

05/09/2011

O Sepe orienta os profissionais das escolas estaduais a boicotar o “Saerjinho”, previsto para ocorrer no dia 21 de setembro. Neste dia, o Sepe convoca a categoria a realizar uma paralisação de 24 horas. No dia 24 (sábado), ocorrerá assembleia da categoria, às 14h, na ACM (Lapa). As provas do Saerjinho fazem parte do Plano de Metas apresentado pela Seeduc e tem como um dos seus eixos a meritocracia. Isto significa que o resultado desta e de outras avaliações externas será utilizado para “premiar ou punir” professores e funcionários de acordo com o resultado das provas, estabelecendo uma lógica de remuneração variável.

O Sepe não é contra qualquer avaliação que tenha por objetivo identificar problemas no processo de ensino para melhorar a qualidade da educação. O problema, para o sindicato, é que o Saerjinho é uma avaliação classificatória que pretende estabelecer salários diferentes de acordo com a produtividade de cada escola. Além do mais, este sistema já deu errado em vários lugares, tais como Chile, EUA e no estado de São Paulo. E já deu errado aqui na própria Seeduc, com o Programa Nova Escola, que foi um tremendo fracasso.

A educação é um direito de todos e dever do Estado. Estabelecer uma lógica produtivista na educação é esquecer que a escola não é uma fábrica, que a riqueza do processo educativo depende de muitas coisas além do esforço dos professores e funcionários, e que não haverá qualidade na educação enquanto as condições de trabalho forem tão ruins que levam ao abandono de mais de 20 professores por dia – como pesquisa do Sepe no Diário Oficial comprova.

Outra denúncia em relação ao Plano de Metas (do qual o Saerjinho faz parte, sempre é bom lembrar), é que a Seeduc pretende punir professores considerando até mesmo o número de alunas grávidas nas escolas. Assim, se o número de alunas grávidas em uma determinada escola aumenta, o salário do professor diminui. Essa é a lógica da meritocracia: tentar culpar o profissional da educação por tudo o que acontece na escola.

Não boicotamos o Saerj para impedir um diagnóstico, pois nós profissionais da educação fazemos isso o tempo todo. Boicotamos o Saerj porque não podemos aceitar que a educação pública seja encarada como uma mercadoria vendida a preços diferentes dependendo das condições do “negócio”. Educação de qualidade é direito de todos!

Leia o Decreto nº 677 aprovado ontem pela Alerj

12/08/2011

O Sepe disponibilizou no site a íntegra do Decreto nº 677, aprovado ontem pela Alerj, com o reajuste de 5%, a antecipação do Nova Escola e o abono dos dias parados. Clique aqui para ler o decreto na íntegra, incluindo as tabelas.

Suspensa a greve na rede estadual

12/08/2011

A assembleia da rede estadual no Clube Municipal decidiu suspender a greve nas escolas estaduais. A plenária decidiu que a greve está suspensa, mas a categoria se manterá em estado de greve, com uma assembleia geral marcada para o próximo dia 27 de agosto (sábado), às 14h (local a confirmar). Na assembleia do dia 27 de agosto, os profissionais vão analisar o andamento da implementação do decreto 677/2011, aprovado ontem na Alerj pelos deputados estaduais e, então, decidir os próximos passos da mobilização da rede estadual na luta pela valorização da educação pública do Rio de Janeiro. O Conselho Deliberativo da rede estadual será realizado no dia 27 de agosto, pela manhã.

Sobre a reposição de conteúdos, a assembleia manteve as deliberações de outras plenárias de que as escolas devem ter autonomia para elaboração dos seus calendários de reposição das aulas. O acampamento montado na porta da SEEDUC deverá ser desativado na manhã deste sábado.

Governador ofende educadores estaduais em Nilópolis

08/08/2011

Mais uma vez o governador Sérgio Cabral ofende trabalhadores, mostrando todo o seu despreparo para lidar com as diferenças e o descompromisso para com os cidadãos do Estado do Rio de Janeiro, ao atacar a educação estadual. Desta vez, o ataque foi contra professores e funcionários que foram chamados por Cabral de vagabundos, em Nilópolis.

Aproveitando a presença do governador na inauguração de uma unidade da UPA, no dia 5/8, no município, professores e funcionários da rede estadual foram denunciar o abandono e o descaso do governador com a educação em nosso estado. Demonstrando irritação e descontrole, Cabral, durante o seu discurso, atacou aos profissionais de educação que lá se encontravam de vagabundos.

O ataque de Cabral não obteve o apoio da população presente que se demonstrou solidária aos professores e funcionários da rede estadual, em greve há dois meses. Na verdade, a irritação de Cabral é uma nítida demonstração que a greve da categoria segue forte.

Greve completa dois meses neste domingo

06/08/2011

Neste domingo, dia 7, a greve da rede estadual completa dois meses de duração. O acampamento na Rua da Ajuda, em frente à Seeduc, vai marcar a data com um bolo, às 19h.

A greve só está durando todo este tempo por causa da falta de uma proposta de reajuste salarial digna da parte do governo estadual. No dia 9 (terça), às 14h, a categoria realiza assembleia em frente à Alerj.

Leia as emendas do Sepe às propostas do governo na Alerj

04/08/2011

O Sepe está encaminhando aos deputados as propostas de emendas à Mensagem nº 34 do governador Cabral, para aumentar o reajuste de 3,5%, entre outras; eis as emendas:

Emendas do Sepe à Mensagem nº 34/2011 do governador:

Artigo -Majora os vencimentos base dos profissionais da educação incluídos na lei 1614/90, lei 5584/2009 e lei 1348/88 em 26%.

JUSTIFICATIVA: a ARRECADAÇÃO DO Estado cresceu 35,7% desde 2007. O primeiro quadrimestre de 2011 cresceu 16% em relação à 2010. As perdas salariais acumuladas somam mais de 60%. Seria necessário um reajuste de 16,89% para repor as perdas do Governo Cabral. O então candidato Sérgio Cabral comprometeu-se em repor as perdas salariais da categoria e, no entanto, acumulou mais perdas.

Impacto – R\$ 463 MILHÕES

Artigo - Antecipa as parcelas da lei 5539/09 de julho de 2012, 2013, 2014 e 2015 para julho de 2011, e sobre o novo vencimento incidirá o reajuste de 26%.

JUSTIFICATIVA: A soma do impacto dessas duas majorações salariais não chega a 1% do orçamento. O Estado do Rio precisa ter uma política de valorização do profissional da educação.

Impacto – R\$ 495 MILHÕES.

Artigo -Os ocupantes de cargos previstos na lei 1348/1988 e os oriundos do concurso de 1994 terão a mesma carga horária de 30 horas.

JUSTIFICATIVA: Atualmente existem duas cargas horárias para os mesmos vencimentos. A emenda proposta resolve a situação uniformizando a carga horária pela maioria. Já foi acordada com o governo desde 2007 e até hoje não foi resolvida.

Artigo -A tabela da lei 1348/88, em anexo, deverá resguardar 8% de interstícios cumulativos entre as referências do mesmo nível de escolaridade e entre o nível final de uma escolaridade e o inicial da outra.

JUSTIFICATIVA: A tabela apresentada pelo governo não tem, no corpo da lei, a garantia de um percentual fixo entre os níveis. A emenda corrige e garante a progressão.

Artigo -Os ocupantes dos cargos da lei 1348/1988 e os oriundos do concurso de 1994 farão juz ao enquadramento por formação sempre que comprovarem a aquisição do grau de escolaridade correlato.

JUSTIFICATIVA: O enquadramento por formação garante a regularização da carreira do funcionário administrativo da educação, ajudando a manter o quadro e qualificá-lo.

Artigo -Os servidores integrantes do quadro de magistério das Secretarias de Estado de Educação e Cultura regidos pela Lei 1614/90 e Lei 5584/2009 terão sua carga horária distribuída sendo 2/3 em sala de aula e 1/3 em horário de planejamento.

JUSTIFICATIVA: A nova composição da carga horária do magistério está regulamentada pelo STF e ainda não foi regulamentada nas redes de ensino públicas do Estado do Rio de Janeiro. Portanto a presente emenda visa corrigir essa distorção.

Sepe participa de ato contra remoções para a Copa

29/07/2011

Amanhã, às 10h, os profissionais de educação vão participar do ato contra as remoções e investimentos públicos para a Copa e Olimpíadas. O ato ocorrerá no Largo do Machado. O Sepe convoca a categoria a participar!

Denúncias contra Cabral têm destaque na Imprensa

19/07/2011

A edição do Jornal o Globo de hoje (dia 19) dá grande destaque a denúncias contra o governador Sérgio Cabral que, desde a queda do helicóptero de um empresário na Bahia, tem ocupado espaço nos jornais e na mídia em geral com denúncias de suas ligações com empreiteiras e empresários e de má gestão das verbas em setores prioritários para o bem estar da população, como a Educação e a Saúde.

As denúncias aumentaram desde o domingo, quando jornal deu destaque a denúncias sobre os contratos para a instalação das UPAS, um dos trunfos eleitorais do governador na campanha para sua reeleição: na edição de hoje, o jornal diz que o Tribunal de Contas da União vai investigar o porquê dos módulos metálicos comprados para a instalação das UPAS são mais caros do que obras de alvenaria. Já o Tribunal de Contas do Estado, segundo a reportagem, quer saber a respeito dos incentivos fiscais concedidos à Metalúrgica Valença, que ganhou em 2009 a maioria dos contratos para fornecer os módulos metálicos. De 2009 para cá, segundo a matéria, a empresa já faturou cerca de R\$ 173 milhões no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a denúncia, as duas empresas pertencem a um empresário amigo do vice-governador Luiz Fernando Pezão.

Terceirizados administrativos na rede estadual custam ao Estado quase o triplo do que é pago aos concursados

Ainda na edição desta terça-feira, o Globo e o Extra denunciam que os 13 mil funcionários administrativos terceirizados que trabalham na rede estadual custam o equivalente a R\$ 1,3 mil, cada um. Ou seja, o Estado paga quase o triplo para as empresas responsáveis pela terceirização de serventes, merendeiras, inspetores e porteiros, do que recebem os funcionários concursados da rede estadual, R\$ 435.

O presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alerj, deputado Comte Bittencourt disse vai entrar com uma representação no Ministério Público Estadual contra o estado pela falta de concursos públicos para os trabalhadores de apoio. Na mesma matéria, o Sepe reafirmou a posição do sindicato de que todas as contratações para a rede estadual sejam feitas por meio de concurso público.

SEEDUC no RJ TV: Risolia não consegue negar que governo tem dinheiro para conceder o reajuste

15/07/2011

Dando sequência à série de reportagens sobre a greve nas escolas estaduais, o RJ TV1, da TV Globo, entrevistou nesta sexta-feira o secretário de Educação, Wilson Risolia. Ontem, a entrevistada foi a coordenadora do Sepe Beatriz Lugão. No programa de hoje, o secretário Risolia não conseguiu explicar para os entrevistadores o porquê do governo não atender às reivindicações da categoria de reajuste de 26%, mesmo com o aumento da arrecadação registrado nos últimos anos. A TV Globo chegou a comparar um dado fornecido pela SEEDUC sobre o impacto de R\$ 1,5 bilhão com a incorporação total do Nova Escola com o custo da reforma do Maracanã: R\$ 1 bilhão, questionando Risolia se não seria mais importante aumentar o baixo piso dos profissionais da rede estadual.

O secretário deu uma resposta bastante contraditória, afirmando que o problema dos baixos salários não seria somente do estado do Rio de Janeiro e reconheceu que o magistério seria pouco atrativo hoje em dia por causa disto. Depois, Ele deu uma informação contraditória ao dizer que o Rio de Janeiro paga acima do piso e da média nacional, sem dizer a que piso se referia nem apresentar dados para comprovar que o estado paga acima da média nacional - informação que contradiz completamente os dados sobre pisos salariais no país: só para citar um exemplo local: no estado do Rio de Janeiro, o governo do estado tem um piso inferior a uma série de municípios com arrecadação infinitamente inferior à dele.

De novo, Risolia disse que a greve no estado atinge apenas 2% dos 51 mil profissionais e que, "hoje, só 542 professores estão ausentes de sala de aula". Ele admitiu o alto índice de saída de profissionais da rede, mas imputou tal fato ao alto numero de aposentadorias, quando o Sepe já mostrou por meio de dados publicados no Diário Oficial do Estado que o número de exonerações é muito maior do que o de aposentadorias e que uma média de 20 professores abandona o estado por dia.

Vitória da Mobilização: Justiça concede liminar ao Sepe que impede o corte de ponto na greve da rede estadual

07/07/2011

A 3ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado acaba de conceder uma liminar em favor do Sepe que impede que o governo estadual promova cortes no ponto dos profissionais de educação que estão fazendo a greve na rede estadual desde o dia 7 de junho. A decisão foi proferida no processo nº 0181463-81.2011.8.19.0001, de autoria do juiz Plínio Pinto Coelho Filho a favor dos profissionais de educação e, além de impedir os descontos dos dias parados, determina que seja efetuada a devolução, em folha suplementar, dos valores que porventura já tenham sido indevidamente descontados da categoria.

Trata-se de uma grande vitória da mobilização da categoria que, por duas vezes foi até o Fórum acompanhar audiências da direção do Sepe com o juiz encarregado de julgar o pedido de liminar do sindicato para impedir o corte no ponto dos grevistas. Veja abaixo trecho do parecer do juiz:

“Assim sendo pelas motivações acima expositadas, e, ainda, tendo como presentes os requisitos essenciais à sua concessão, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA vindicada exordialmente pela parte Autora (Sepe), para determinar a parte RÉ (Governo do Estado) de se obstar a efetivar o desconto dos vencimentos dos servidores, a título de “falta”, pelos dias em que estiveram paralisados, em virtude da greve (...) Os valores, por ventura, indevidamente descontados, devem ser pagos mediante folha de pagamento suplementar, ficando, ainda, vedada qualquer anotação em folha funcional, em virtude de tal paralisação. Intime-se a parte Ré para ciência e cumprimento desta decisão e cite-se o mesmo com as observações legais...”

Sepe reafirma o direito do sindicato de entrar nas escolas

04/07/2011

Com relação aos informes que temos recebido de diversos núcleos e regionais de que a SEEDUC, através das Coordenadorias Metropolitanas, está pressionando as direções das escolas a barrarem os representantes do Sepe que estão visitando as unidades desde o início da greve, o sindicato volta a reafirmar que a entrada da representação sindical é totalmente legal e tem o amparo da Constituição Federal e do Supremo Tribunal Federal, que considerou legítimo o direito de greve dos servidores públicos, assim como o acesso dos representantes do sindicato - legítimo representante da categoria - nos ambientes de trabalho para dialogar com os profissionais.

Neste final de semana o sindicato recebeu um email denunciando mais uma vez a arbitrariedade do governo estadual, sob a forma de um comunicado enviado por email para as escolas, no qual as direções recebem orientações sobre a entrada de representantes do Sepe nas escolas. Neste comunicado, em nome do superintendente de Gestão da Rede, Paulo Abreu, estão contidas instruções sobre os procedimentos nas unidades em caso de visita do sindicato. Entre as novas determinações ficou estipulado que: apenas dois representantes sejam admitidos pelas direções das escolas e que estas deverão acompanhar os militantes e assistir a sua conversa com os profissionais das escolas; também ficou determinado que os encontros do sindicato com a categoria não podem ultrapassar 20 minutos e o professor que se

recusar a retornar para a sala após o intervalo deverá receber código 29 (impontualidade) no ponto do dia. Paulo Abreu também determina que o conteúdo das reuniões deverá ser registrado em livro de ocorrências de cada turno, contendo a identificação dos membros do Sepe, bem como o nome dos profissionais participantes.

Tais determinações são uma demonstração clara do despezo da SEEDUC e do governo do estado para com a democracia nas escolas e para com o direito dos trabalhadores da educação estadual. Com tais atitudes, o governo do estado promove o descumprimento da legislação trabalhista e das determinações do STF, que garante o direito de greve dos servidores e de representação sindical do Sepe junto à categoria.

Leia abaixo as ponderações do Sepe RJ sobre o direito dos profissionais de educação durante a greve e do sindicato de entrar nas escolas:

O Sepe esclarece: o direito ao acesso nas unidades e ao contato com os profissionais que nelas trabalham é garantido por lei. Como o sindicato é o legítimo representante dos interesses dos profissionais de educação das redes públicas do Rio de Janeiro, portanto, não é legal a ordem de algumas Metropolitanas para que as direções das unidades estaduais tentem barrar os nossos diretores.

O Sindicato solicita a imediata comunicação destes casos ao nosso Departamento Jurídico para que possamos garantir o livre acesso do sindicato às escolas, já que se trata de uma prerrogativa da representação sindical respaldada pela Constituição Federal de 1988. Veja trechos de um parecer do nosso Departamento Jurídico sobre o direito de acesso às escolas:

(...) “Neste quadro inclui-se os movimentos, inclusive grevistas na fase de negociação e reivindicações da categoria, sendo garantidos ao Sindicato os meios para o desenvolvimento da sua ação destinada a atingir os fins para os quais foi constituído, tais como acesso às Escolas e aos profissionais, ou de nada adiantaria a lei garantir a existência de sindicatos e negar os meios para os quais as suas funções pudessem ser cumpridas.

“(...) Apesar de ainda não ter sido disciplinado por legislação específica, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de greve dos servidores públicos previsto na Constituição Federal de 1988, concluindo que, em casos de paralisação no funcionalismo público, deve ser aplicada a Lei 7.783, de 1989, que regulamenta as greves dos trabalhadores da iniciativa privada.

“(...) Dispõe o Artigo 6º da referida Lei:

6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

“A própria Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) incentiva a atuação negocial dos sindicatos, como instrumento de paz social e de grande utilidade técnica jurídica que permite às próprias partes de uma disputa trabalhista a escolha das normas a serem observadas para a composição dos seus conflitos.”

Durante a década de 80, a luta dos trabalhadores assegurou diversos direitos, como o reajuste anual, o de sindicalização e o direito de greve para o funcionalismo público. Tais direitos estão previstos na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual e incomodam governos autoritários, que teimam em descumprir as leis e ameaçam os servidores cada vez que os mesmos se organizam para reivindicar seus direitos. Leia aqui o panfleto do Sepe sobre estágio probatório e corte de ponto.

É importante se informar sobre nossos direitos. Antes de acreditar em boatos e ameaças, devemos procurar nos informar sobre a real situação. Conheça os direitos do servidor concursado:

Novos concursados: o estágio probatório previsto nas constituições Federal e Estadual não anula o regime jurídico único que rege os servidores. Mesmo sendo um estágio de três anos, “É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o parágrafo 4º do artigo 41 da Constituição Federal (artigo 28 da Constituição Estadual número 18, de 5/2/1998). Também garante que o servidor só perderá o cargo mediante sentença judicial ou

processo administrativo com direito à ampla defesa do servidor. Vale também lembrar que, na avaliação do estágio probatório, itens como assiduidade e pontualidade não levam em conta a greve.

GLP: o decreto de criação da Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) estabelece que só perderá a gratificação aqueles que estiverem de licença médica acima de 15 dias (Decreto 25959 de 12/01/2000). Os dias de greve não podem ser contados como falta.

Ponto: o segundo governo de Leonel Brizola instituiu o ponto através do MCF (Mapa de Controle de Freqüência), onde são lançados os códigos. No decreto de criação do MCF consta o código 61 (falta por greve). Este código é estabelecido como código de informação e, não punitivo, como tem sido a prática da Seeduc. Por muitas vezes, temos conseguido negociar o abono de ponto. No governo Garotinho, conseguimos, inclusive, que não houvesse descontos dos dias parados na greve de 2001. A não utilização do corte de ponto por parte do governo, portanto, depende da força de nossa greve e das negociações.

SEEDUC tenta mascarar boicote da categoria ao SAERJ reaplicando a mesma prova hoje 30/06/2011

O Sepe está recebendo uma série de reclamações de escolas estaduais que denunciam a tentativa da SEEDUC de obrigar as unidades a reaplicar a prova do SAERJ hoje (dia 30/6), depois do fracasso de ontem (dia 29/6), quando a categoria promoveu um grande boicote à avaliação programada pelo governo do estado. Segundo informações da categoria, as avaliações de hoje são as mesmas de ontem, ou seja, seus gabaritos já foram revelados, o que configura uma verdadeira fraude. O Sepe continua recomendando que as escolas adotem a decisão da assembléia da rede estadual para que a categoria não aplique qualquer avaliação do Programa de Metas e não aceite a pressão da secretaria ou das coordenadorias.

Escândalo! Governo estadual diz que não tem dinheiro para reajustar servidores mas promove renúncia fiscal de R\$ 50 bilhões beneficiando salões de cabeleireiros, termas e motéis entre outros estabelecimentos

27/06/2011

Pode até parecer piada, se a situação dos profissionais de educação e demais servidores estaduais não fosse tão grave ao ponto dos primeiros estarem há mais de vinte dias em greve e os segundos enfrentarem uma das maiores repressões contra sua mobilização por um salário digno que já se teve notícia. Mas A Folha de São Paulo Online publicou uma matéria sobre as renúncias fiscais promovidas pelo governo Cabral entre 2007 e 2010 e apurou que o estado do Rio de Janeiro deixou de recolher R\$ 50 bilhões em impostos de diferentes tipos de empresas, como boates, motéis, mercearias, padarias, postos de gasolina e cabeleireiros. O total da renúncia, segundo a reportagem cresceu 72% em 2010, em relação a 2007 e o total de R\$ 50 bilhões já são mais do que a metade do valor da receita tributário do Estado, que foi de R\$ 97 bilhões no mesmo período.

Enquanto o governador e seus secretários da área econômica afirmam que não tem dinheiro para reajustar salários da educação, em greve desde o dia 7 de junho por reajuste salarial e melhora condições de trabalho, a reportagem da Folha Online mostra que uma das empresas que se beneficiaram com a "ajuda" do governo do estado foi a Werner Coiffeur, um salão de beleza que cuida dos cabelos da primeira-dama do Estado, Adriana Ancelmo, e do governador, que deixou de recolher cerca de R\$ 336 mil aos cofres do Estado.

Para efetuar tais renúncias, o governador atual tomou por base uma lei criada pelo ex-governador Marcello Alencar para incentivar produtores de cosméticos. Cabral resolveu ampliar os benefícios para os varejistas que encomendam produtos capilares e estão incluídos no Simples da Receita Federal.

Mas o escândalo não para por aí, entre as outras empresas beneficiadas se encontram duas termas localizadas na zona sul do Rio de Janeiro: Solarium e Monte Carlo, que tiveram isenções de R\$ 316 mil e R\$ 109 mil, respectivamente, com base num decreto voltado a estabelecimentos de alimentação como lanchonetes, restaurantes, casas de chá e até danceterias.

Veja a matéria completa nos links:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/935193-renuncias-fiscais-de-cabral-vao-de-boate-a-cabeleireiro.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2706201102.htm>

Rede estadual decide entrar em greve por tempo indeterminado

07/06/2011

Em assembléia que reuniu mais de dois mil profissionais no Clube Municipal, os profissionais de educação das escolas estaduais decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. A falta de disposição do governo estadual em negociar e atender as reivindicações dos professores e funcionários das escolas estaduais foi o principal motivo para a decisão da categoria entrar em greve. Outro fator que revoltou a categoria foi o tratamento repressivo dispensado pelo governo estadual contra a mobilização dos bombeiros que participaram das manifestações no Centro do Rio na sexta-feira, que resultou na invasão do Quartel General da corporação por tropas de elite e na prisão de mais de 400 manifestantes, além de ferimentos em familiares que participavam do ato.

Na quinta-feira (dia 9 de junho), os profissionais de educação, irão se unir aos bombeiros do Rio de Janeiro e fazer um ato nas escadarias da Alerj, a partir das 16h, para pressionar os deputados estaduais a intercederem junto ao governo do estado, com objetivo de reabrir as negociações em torno das reivindicações das duas categorias. Na sexta-feira, a partir das 13h, o Sepe, bombeiros e outras categorias do funcionalismo estadual farão uma passeata da Candelária até a Alerj.

No domingo, novamente os profissionais de educação, bombeiros e servidores do estado farão uma passeata na Avenida Atlântica, com concentração a partir das 10h, na esquina da Avenida Princesa Isabel com Avenida Atlântica.

A próxima assembléia da rede estadual será realizada na terça-feira (dia 14 de junho) no Clube Municipal na Tijuca, a partir das 14h. Neste encontro, a categoria irá decidir os rumos da greve.

A categoria reivindica do governador Sérgio Cabral o seguinte:

- 1) um reajuste emergencial de 26%;
- 2) a incorporação imediata da totalidade da gratificação do Nova Escola (prevista para terminar somente em 2015);
- 3) o descongelamento do Plano de Carreira dos Funcionários Administrativos da educação estadual, entre outras reivindicações.

Nota do Sepe sobre a repressão do governador Cabral contra os Bombeiros cariocas

06/06/2011

No início da manhã de sábado (dia 4/6), os cidadãos do Rio de Janeiro assistiram pasmos pelas TVs e rádios que estavam cobrindo a manifestação dos bombeiros no Quartel Central da corporação, a invasão do local por unidades especializadas que, geralmente, costumam ser utilizadas no combate ao tráfico de drogas nas favelas e que têm por objetivo a eliminação dos “inimigos”. Mais uma vez, o governo Cabral dá mostras de toda a sua incompetência e má-vontade para lidar com aqueles que não seguem a sua cartilha e faz uso de força desmedida contra trabalhadores e, até mesmo, mulheres e crianças que estavam no local apoiando seus familiares.

Não é a primeira vez que Cabral manda jogar bombas e bater em trabalhadores

Nós profissionais de educação já provamos do mesmo remédio amargo em 2009, quando PMs do Batalhão de Choque agrediram profissionais e chegaram a apontar armas para a categoria durante uma manifestação pacífica na frente da Alerj. Agora, a repressão ditatorial de Cabral faz uso de bombas e armas letais para agredir bombeiros e familiares, além de prender 439 destes profissionais que colocam diariamente a sua vida em risco para socorrer a população. Cabral mandou o Bope para cima dos bombeiros só porque eles pediam salários dignos e melhores condições de trabalho para o atendimento de milhões de cidadãos do Rio de Janeiro.

Profissionais de educação ao lado luta dos bombeiros

O Sepe se coloca de forma incondicional do lado desta categoria de homens e mulheres para os quais – como afirma uma frase colocada na parede do quartel de Copacabana – “tudo que é humano nos interessa”! Assim como nos colocamos contrários e manifestamos todo o nosso repúdio para um governador que, em vez da negociação, prima pela falta de decoro ao mandar a polícia bater em trabalhadores, sejam eles professores, médicos ou bombeiros. No sábado,

bombeiros foram presos e chamados de vândalos porque reivindicavam um aumento no vergonhoso salário de R\$ 950, o segundo mais baixo do Brasil.

Assim, os profissionais de educação exigem de Cabral o imediato atendimento das reivindicações e a liberdade incondicional de todos os militares presos na manhã do sábado e o fim da repressão contra o legítimo direito à manifestação de todas as categorias do funcionalismo estadual. Não vamos aceitar nenhum tipo de perseguição aos bombeiros em luta! E Apoiamos sua justa reivindicação por melhorias nas condições de trabalho e reajuste dos salários e gratificações.

Rede estadual pára nesta terça-feira (dia 7/6) e decidirá se irá à greve ou não em assembléia no Clube Municipal

06/06/2011

Os profissionais das escolas estaduais, em estado de greve desde o dia 5 de maio, podem deflagrar uma greve por tempo indeterminado na rede estadual a partir do dia 7 de junho. Neste dia, a categoria fará uma paralisação de 24 horas, com assembléia a partir das 14h, no Clube Municipal (Rua Haddock Lobo 359 –Tijuca). Na assembléia, os professores e funcionários decidirão se irão aprovar ou não o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir desta data, depois de discutirem o andamento das negociações realizada entre o Sepe, Alerj e Secretarias de Estado de Planejamento e Educação.

Nos dias 4 e 5 de maio, os profissionais já tinham feito uma greve de advertência de 48 horas e, numa assembléia realizada no dia 5 de maio, decidiram entrar em estado de greve (escolas mobilizadas para paralisar as atividades a qualquer momento). Como o governo estadual não apresentou qualquer proposta nas audiências realizadas desde então e tem mantido uma política de metas nas escolas estaduais, a possibilidade da assembléia votar pela entrada em greve é grande.

Sepe participa do ato em defesa dos bombeiros nesta segunda na Alerj

06/06/2011

A direção do Sepe convoca os profissionais de educação a integrarem ao ato público em defesa dos bombeiros que estão mobilizados por melhores salários e condições de trabalho e estão sendo reprimidos com violência desmedida pelo governador Sérgio Cabral. O ato, se iniciará ao meio dia, nas escadarias da Alerj, onde os bombeiros fizeram diversas manifestações desde a manhã de sábado, quando o Batalhão de Operações Especiais da PM (BOPE) invadiu o quartel central na Praça da República e pendeu mais de 400 bombeiros que estavam protestando no local. Em entrevista coletiva, o governador chamou os manifestantes de arruaceiros e baderneiros, mas baderna faz quem paga os piores salários do país para os servidores públicos estaduais. Todos ao ato em defesa dos bombeiros presos. Somos todos bombeiros! Anistia já e abertura imediata das negociações.

A Regional IV do Sepe levará para o ato em defesa dos bombeiros na Alerj, nesta segunda-feira, um cordel desenhos e trabalhos de alunos de várias escolas sobre a mobilização dos bombeiros e a repressão violenta da parte do governo estadual ao livre direito de manifestação desta categoria.

Audiência pública hoje (dia 3/6) sobre Educação Inclusiva

03/06/2011

Hoje das 10h às 13h foi realizada uma audiência pública na Alerj sobre a meta 4 do PNE que fala da Educação Inclusiva. O Sepe juntamente com outras entidades representativas dos trabalhadores, partidos políticos e representantes de instituições especializadas em atendimento às pessoas deficientes, como APAE, Instituto Benjamin Constant, secretarias de educação, muitos pais e principalmente muitos portadores de deficiência visual, auditiva, física e mental. Na discussão foi quase unanimidade a posição contrária das entidades e demais participantes contra a referida meta e feita uma crítica à política implementada pela secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro nas escolas municipais.

Panfleto que o Sepe está produzindo sobre o Conexão Educação e a audiência de prestação de contas do secretário Risolia na Alerj no dia 18 de maio
02/06/2011

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO!

Todos que estiveram na ALERJ, no dia 18 de maio, para acompanhar a audiência pública de prestação de contas da Secretaria Estadual de Educação relativa ao ano de 2010, pudemos testemunhar a vergonhosa participação da SEEDUC. Durante a apresentação, os assessores do secretário Wilson Risolia não conseguiram responder para a Comissão de Educação e Cultura o porquê dos dados da sua prestação de contas serem ainda os mesmos daqueles apresentados pela ex-secretária Tereza Porto numa audiência realizada no ano de 2005.

Conexão Educação foi desmascarado na Audiência

Quando a SEEDUC apresentou os dados recentes do “Conexão Educação” foi pior ainda, porque os mesmos dados tiveram sua veracidade colocados sob suspeita pela comissão. É bom lembrar que existe uma representação do deputado Marcelo Freixo no Ministério Público contra o Projeto do Conexão, pelo mesmo colocar notas nos boletins dos alunos que sequer tem professor em algumas disciplinas.

Nessa audiência, o SEPE quase não precisou intervir, porque os dados falaram por si mesmos, mostrando que o governo estadual promove uma grande farsa quando diz que está investindo na educação estadual e isto tem que ser denunciado! Temos o exemplo da professora que se recusou a colocar nota em dois bimestres para alunos que não tiveram aula (ou o sistema assume o “Sem Professor” ou assume que mascara a real situação da rede). Mães dessa mesma escola denunciam que o boletim dos filhos ficou com nota 5 em disciplinas sem professor durante 3 bimestres. Vale a pena ver de novo a gravação dessa audiência na ALERJ! Até para aqueles que têm dúvida sobre o boicote, proposto pelo SEPE contra o Conexão Educação, terem certeza de que esta é a posição acertada contra o Plano de Metas.

SEEDUC pressiona para impedir boicote da categoria ao Conexão

Pelo fato de nosso movimento estar crescendo, a SEEDUC colocou em seu site um apelo e uma sutil ameaça que, no entanto, não impediu que fosse adiada, mais uma vez, o lançamento de notas nesse sistema totalmente desconectado com um projeto inovador de otimização de dados.

“Uma vez mais, gostaríamos de agradecer o comprometimento dos professores que trabalharam com empenho para fazer parte dos mais de 70% que lançaram suas notas até a semana passada.”

“O não lançamento das notas até o dia 05/06 caracterizará o não cumprimento das normas estabelecidas pela Secretaria.”

E como se não bastasse, ainda apela mais:

“O empenho do professor em atualizar o boletim dos alunos no Conexão Educação é a base fundamental para o sucesso da gestão do ensino no estado. A partir das notas lançadas, a SEEDUC poderá analisar, historicamente, o desenvolvimento do aluno. O lançamento de notas é um componente essencial para as ações de correção de rumos ao longo do ano.”

Balela! O sucesso da gestão do ensino não depende de lançamento de notas num sistema caro e ineficiente. As notas dos nossos alunos fazem parte de um compromisso dos educadores com o processo de ensino-aprendizagem do qual não abrimos mão. O componente essencial para uma gestão político pedagógica na educação é um Projeto (não “plano de metas”) comprometido com a educação pública, com a democracia, com a autonomia dos Ppps de cada escola, com uma política de salários dignos.

Por último, precisamos lembrar a algumas diretoras que elas fazem parte da categoria e não podem se comportar como algozes a serviço do governo!

Profissionais de educação, vamos dar uma resposta a esse Plano de Metas no dia 07 de Junho!

Todos à assembléia da rede estadual no Clube Municipal na Tijuca, às 14h.

Nota do Sepe sobre o fechamento de escolas estaduais noturnas

01/06/2011

Sobre o fechamento de 22 escolas da rede estadual que funcionam no horário noturno em prédios de unidades da rede municipal do Rio de Janeiro, o Sepe tem a informar que:

Desde que fomos comunicados sobre o problema alguns diretores do sindicato realizaram reuniões com algumas das escolas que estão sendo ameaçadas de extinção, como o CE Francisco Cabrita, a EE Pedro Varela, a EE Celestino Silva e o CE Equador, que se localizam

nas áreas de abrangências das Regionais I e III do Sepe. Nestas reuniões ficou acertado de que as comunidades escolares seriam convocadas para realizar um ato conjunto na quinta-feira (dia 02/6) na Alerj, já que fomos informados que, neste dia, a sessão do plenário será estendida até as 19h30m. O sindicato também está tentando marcar uma audiência com a Comissão de Educação da Alerj para denunciar o fechamento das escolas e a conseqüente redução de vagas na rede estadual.

Também estamos estudando uma forma de entrar com uma representação no Ministério Público para denunciar o fechamento das escolas, sob a alegação de que, agindo desta maneira, o secretário de Educação, Wilson Risolia, estaria promovendo o fechamento de vagas nas escolas estaduais. Do mesmo modo, ao promover a transferência dos alunos das escolas fechadas para unidades localizadas em áreas próximas, a SEEDUC prejudica alunos e profissionais que trabalham nestas escolas, além de provocar um aumento no número de alunos das turmas nas escolas que continuarão em funcionamento.

O Sepe tem um posicionamento contrário ao fechamento das escolas, já que entendemos que a SEEDUC deveria aumentar a oferta de vagas e, não, promover o fechamento das unidades por razões que visam a "economia" e a redução dos custos, como se os problemas da educação estadual se reduzissem a uma questão tecnocrática e economicista que privilegiam os lucros e os resultados.

Já não é a primeira vez que o sindicato se envolve numa luta pela manutenção de uma escola em funcionamento. No ano passado, apoiamos a luta das comunidades escolares de escolas municipais que funcionam na área do Sambódromo e, depois de protestos nas escolas e na prefeitura conseguimos uma importante vitória, que obrigou a SME a recuar e manter as escolas em funcionamento. Desta vez, a luta não será diferente. E por isto, estamos mobilizando as comunidades escolares das 22 escolas ameaçadas de extinção para mostrar ao governo estadual que a população e os profissionais de educação não permitirão que a visão mercantilista e empresarial contaminem e destruam a Escola Pública no Rio de Janeiro.

Fechamento de escolas estaduais: Sepe vai encaminhar denúncia à Comissão de Educação da Alerj pelo fechamento de vagas

30/05/2011

No final da semana passada, o Sepe recebeu várias denúncias sobre o fechamento de escolas estaduais que funcionam no horário noturno na área da Metropolitana X, na Tijuca. Segundo o informe de profissionais de diversas unidades, como: CE FRANCISCO CABRITA, EEES GEORGE SUMMER, CE JOSE PEDRO VARELLA, EEES GENERAL EUCLIDES DE FIGUEIREDO, CE EQUADOR, CE PROF MARIA TEREZINHA DE CARVALHO e CE CELESTINO DA SILVA, todas situadas na área da Grande Tijuca que seriam fechadas e teriam seus alunos transferidos para outras unidades. Também recebemos a informação de que o mesmo ocorreria com unidades da área da Metropolitana III.

Distante destes fatos, o Sepe está encaminhando uma denúncia para a comissão de educação da Alerj. Também estamos estudando a possibilidade de entrar com uma denúncia contra o governo do estado no ministério público pelo fechamento de vagas. O sindicato defende que, ao invés de promover o fechamento das unidades e transferir os alunos para outras, fato que provoca a superlotação das turmas, a SEEDUC abra mais vagas, ampliando assim a oferta e não prejudique os alunos e profissionais das escolas que estão sendo fechadas de forma arbitrária.

Sepe realiza seu XIII Congresso Ordinário de Educação de hoje (dia 26 de abril) até sábado (dia 28 de abril)

26/06/2011

Com mais de 1.500 delegados, o Sepe realiza de hoje até sábado o seu XIII Congresso Ordinário de Educação. A edição deste ano tem por tema "Escola não é abrigo, aluno não é mercadoria, educação não é negócio - Contra a meritocracia e produtividade na educação". O evento está sendo realizado no Clube Municipal (Rua Haddock Lobo 359 - Tijuca). No sábado, último dia, teremos a presença da professora da rede públicas do Rio Grande do Norte, Amanda Gurgel, convidada pelo Sepe e que já confirmou a sua participação.

Liceu Nilo Peçanha rejeita orientação da SEEDUC e vai ao MP

23/05/2011

Uma assembléia realizada pela comunidade do Liceu Nilo Peçanha rejeitou orientação da SEEDUC e decidiu procurar o Ministério Público para pedir orientações sobre bloqueio das contas para pagamento de ações trabalhistas da gestão passada. Caso a direção não cumpra a deliberação de mais de 200 pessoas que participaram da assembleia, ela terá que ser destituída do cargo. Será preparada uma carta para a comunidade escolar e elaborado um documento para ser entregue ao MP.

A assembléia também deliberou que o Liceu não aceita receber verbas por outra escola, já que a unidade não pode pagar por erros antigos em gestões passadas, de acordo com a própria SEEDUC.

Por que dizemos não ao Plano de Metas Cabral/Risolía

19/05/2011

O governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) tenta nos impossibilitar a construção de uma escola melhor para classe trabalhadora e, conseqüentemente, nos impedir de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somos, dentre várias, a escola que atrapalha as "metas" meritocráticas e privatizantes de uma política educacional totalmente desconectada com uma sociedade emancipada. Somos, entre outras, uma escola que desmascara o "Choque de ordem" de um governo que "cinicamente" culpa os profissionais da educação pelo fracasso escolar – reflexo da falta de compromisso dos governos que se sucedem sem políticas públicas sérias para educação. Somos, dentre várias, a escola que precisa ser calada, fechada, virar museu ou outra escola, pois no processo histórico e político de ensino aprendizagem apostamos e continuamos apostando na participação cidadã diante da barbárie. E "desafinar o coro dos contentes" é resistência.

Somos a escola que se mobiliza por um salário mais digno para seus profissionais – que, ao se aposentarem ou ficarem doentes, não terão direito aos bônus de "produtividade" proposto como meta de eficiência por um governo incapaz de reconhecer direitos adquiridos. Pior, um governo que faz de nossas mazelas projetos espetaculares, que pareceriam ridículos e patéticos se não fossem construídos a partir de nossas tragédias cotidianas.

Só como ilustração perversa, podemos citar o projeto que se encontra no site da SEEDUC (www.educacao.rj.gov.br/) de saúde mental nas escolas e cidadania nas escolas. Propostas que seriam louváveis se não custassem a saúde mental de muitos profissionais e alunos e se não custassem a perversão dos direitos humanos, dado o descaso com que tratam o cotidiano escolar, como temos vivido e assistido nas escolas públicas nesse Estado. Trata-se de uma reedição espetacular do "morde e assopra": comprometem nossa saúde, inclusive a mental, até o limite (licenciados perdem a bonificação, segundo o plano de metas), usurpam nossa cidadania, desrespeitando até o humano em nós (o número de casos de assédio moral cresce nas escolas) para depois remediar o que não tem remédio/reparação.

Medidas preventivas são bem mais eficazes e custam menos aos cofres públicos, todos sabemos. Todavia, precisam vir articuladas com atitudes/ações conseqüentes em cada gesto do cotidiano escolar e que traduzam políticas públicas comprometidas, como: políticas de salário e condições de trabalhos dignas; gestão participativa e democrática na escola; autonomia pedagógica para as escolas construírem seu projeto político pedagógico; fim da farsa do Conexão Educação que mascara a falta de professores nas escolas (alunos sem professor com nota na disciplina) e retira da sala de aula o professor que tem prazo para lançar as notas num sistema ineficiente e precário e que em nada melhora a educação pública e muito menos otimiza a parte administrativa da escola (há anos são os professores e seus diários manuscritos que garantem o resultado final dos alunos, desde a implementação do SGE que também foi um projeto fracassado da SEEDUC e gastou, como o Conexão, muita verba pública); fim das avaliações bimestrais externas (saerjinhos) que também escondem a real situação das escolas da rede: essa avaliação se restringe à duas disciplinas, coloca em condições iguais alunos em condições desiguais (alunos sem prof. de matemática e português participam dessa avaliação) e é uma avaliação de múltipla escolha dentro de uma realidade de alunos com sérios problemas de escrita e leitura e que começam a ser treinados para marcar x e melhorar o índice das escolas (rendimento bom nos exames externos rendem melhor bonificação!).

Não precisamos parar nossas escolas para diagnosticar o que já sabemos: falta política pública que invista mais do que o mínimo de 25% que o Estado investe hoje na educação - incluindo aqui o gasto com aluguel de equipamentos que nunca serão usados, viram sucatas e dão uma séria demonstração de desperdício de verbas públicas. É vergonhoso ver um Estado que investe só o mínimo obrigatório em educação (equipamentos entram nessa fatura) precisar distribuir gratificações no final do ano (bônus "peru") para conseguir fechar as contas dos cofres públicos. E, para fechar uma lista que não se esgota nesses pontos, acrescenta-se ainda a necessidade de grêmios livres com total liberdade de expressão e respeito à liberdade de organização dos profissionais de educação nos seus locais de trabalho. Essas são apenas algumas ações preventivas inclusive para a segurança nas escolas que não pode ser reduzida à colocação de câmeras em seus espaços físicos.

Somos, como tantas, uma escola com um quadro qualificado de mestres, doutores e especialistas que espera (há décadas) o enquadramento por formação e não acredita em treinamentos acelerados com cartas marcadas para os que aceitam se submeter ao papel de "capitão do mato" ou "feitor". Funções necessárias para a garantia de um projeto de metas com morte já anunciada porque totalmente frágil e inconsistente. Somos, como várias, uma escola que possui professores militantes pós graduados e capacitados que - cumprindo a tarefa de se inscreverem nos concursos anunciados pela SEEDUC, para confirmação das subjetividades - são excluídos na primeira fase da seleção. Tudo feito de forma o mais "on line" possível - sem transparência e sem esclarecimento dos critérios objetivos para análise das fichas apresentadas pela internet. Trata-se da apropriação da tecnologia para legitimação do que antes era indicação "política" escancarada! Esse é o critério de concurso para os quadros pedagógicos que vai substituir as indicações "políticas", conforme defende o plano de metas da Educação.

Pelos motivos acima expostos é que lutamos e precisamos nos mobilizar para dar um basta a tanto descaso e tanta desvalorização. Afinal de contas, os profissionais da rede estadual são, acima de tudo, cidadãos que tem direitos e deveres. Estes últimos, temos a plena certeza de que estamos cumprindo, mesmo com todas as manobras de governos pouco comprometidos com a coisa pública e que não querem dar condição para a formação de cidadãos mais aptos a reivindicarem pelos seus direitos. Quanto aos direitos, ao longo das últimas décadas, temos assistido aos mais constantes e traiçoeiros ataques visando a sua extinção. Mas somos uma categoria de luta, que se formou na luta e vamos continuar resistindo aos Plano de Metas e às políticas que embutem uma privatização disfarçada do ensino público em nosso estado.

Neste sábado, o Sepe realiza, a partir das 10h, no seu auditório (Rua Evaristo da Veiga 55 - 7º andar) a Plenária Estadual sobre o Plano de Metas da Educação Estadual. Convocamos todos os profissionais da rede estadual para participar do debate sobre o plano e formular estratégias para boicotar a implementação da meritocracia e as determinações contidas no projeto, como o Conexão Escola e o Saerj. Compareça e venha descobrir o porquê é tão importante dizer não ao governador Cabral e ao secretário Risolia.

Rede estadual em estado de greve: assembléia deliberou por boicote ao Conexão Educação e não aplicação do Saerj

16/05/2011

Na assembléia da rede estadual, realizada no dia 5 de maio, na ABI, os profissionais da educação deliberaram por decretar estado de greve, com indicativo de greve a ser votado no dia 7 de junho, quando a categoria fará nova paralisação de 24 horas e uma assembléia que decidirá se entraremos ou não em greve por tempo indeterminado. Veja o que foi deliberado na assembléia da rede estadual do dia 5 de maio na ABI:

Estado de greve;

Paralisação de 24h no dia 07 de junho com assembléia geral da rede às 14h no Salão Nobre do Club Municipal (Rua Haddock Lobo, 359 – Tijuca);

Conselho deliberativo no dia 07 de junho a partir de 09h no auditório do SEPE/RJ;

Boicote ao conexão através do não lançamento de notas;

Posicionamento contrário do SEPE em relação ao SAERJ e produção de materiais com orientação de não aplicação desta avaliação;

Comando de mobilização na rede: direção do SEPE/RJ, núcleos e regionais, acrescida dos profissionais que se dispuseram na assembléia;

Indicativo que as escolas organizem reunião com os pais;

O departamento jurídico deverá ajuizar uma ação defendendo a implementação do 1/3 de planejamento;

Aprovada moção de apoio aos trabalhadores da educação do Espírito Santo
Calendário complementar:

11 de maio - audiência com o Secretário Estadual de Educação - Wilson Risolia, o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão - Sérgio Ruy Barbosa Martins e alguns deputados estaduais, às 14h no gabinete da Secretaria de Estado de Educação;

18 de maio - audiência pública na ALERJ a partir de 10h da manhã - prestação de contas da SEEDUC com a presença do Secretário Risolia.

Matéria na Carta Capital critica a meritocracia na Educação de São Paulo

09/05/2011

A revista Carta Capital On Line publicou uma matéria sobre a mobilização dos profissionais das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) em São Paulo contra a política do governo estadual de instituir a chamada “bonificação por resultados” – meritocracia – nestas redes. Os profissionais ameaçam entrar em greve a partir de maio. Segundo lideranças da categoria, o governo paulista tem usado este sistema de bonificação como desculpa para não mexer nos salários. “Só que os critérios desse bônus são confusos e punem o professor por aspectos que não dependem dele”, afirma Sílvia Elena de Lima, secretária geral do Sinteps.

A rede estadual do Rio de Janeiro, desde janeiro, tem enfrentado problema semelhante: a política meritocrática implementada sob a forma do Plano de Metas do secretário de estado de Educação, Wilson Risolia. O plano de Risolia e Sérgio Cabral, também se pauta pela criação de metas e bonificações através de resultados obtidos pelas escolas e não reajusta salários da categoria nem para repor as perdas com a inflação.

Veja a matéria completa pelo link:

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-meritocracia-do-ensino-paulista>

STJ indefere mandado de segurança do Sisep e confirma registro sindical do Sepe

18/04/2011

O STJ indeferiu um mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro (SISEP) contra a concessão do Registro Sindical do Sepe. A decisão do STJ representa mais uma vitória na luta da categoria pelo reconhecimento do Sepe como sindicato representativo dos profissionais de educação do Rio de Janeiro, um fato incontestado, mas que ainda sofre a pressão de entidades como o SISEP e a UPPEs, que não se conformam com a Carta Sindical recebida pelo Sepe das mãos do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, no ano de 2010, documento que mostra a legitimidade do nosso sindicato como representante dos interesses dos profissionais de educação do Rio de Janeiro. A sentença foi proferida pelo ministro relator do STJ Castro Meira e publicada no dia 7 de abril de 2011.

NOTA DO SEPE SOBRE A TRAGÉDIA DE HOJE NA EM TASSO DA SILVEIRA EM REALENGO

07/04/2011

A direção do Sepe já está na porta da Escola Municipal Tasso da Silveira, palco do atentado que provocou, até o momento, a morte de 13 estudantes da unidade e ferimentos em mais 22, que foram encaminhados para hospitais locais. Como o sindicato já vem denunciando fartamente ao longo dos últimos anos, a violência nas unidades escolares tanto do estado como do município tem como uma das causas o abandono por parte das autoridades estaduais e municipais das escolas públicas que compõem as redes de ensino do estado e do município. Hoje, faltam milhares de funcionários administrativos nestas redes, como inspetores de alunos, pessoal de portaria, orientadores educacionais, entre outros profissionais que tem a tarefa de auxiliar o trabalho dos professores e garantir segurança no espaço escolar.

Nos últimos anos, o Sepe já esteve algumas vezes no Ministério Público e na Câmara de Vereadores para denunciar o aumento da violência nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O número de casos de violência dentro e no entorno das escolas tem aumentado de ano para ano: agressões a professores, brigas de alunos, balas perdidas resultantes de operações policiais ou confronto de quadrilhas de traficantes; todas estas ocorrências tem provocado ferimentos e até mortes de alunos e o sindicato tem denunciado às autoridades, mas, até o momento, nossas denúncias tem caído no vazio e as ocorrências continuam acontecendo.

Por conta deste fato, o Departamento Jurídico do Sepe está estudando entrar na Justiça contra as autoridades municipais (responsáveis pela rede municipal) e estaduais (responsáveis pela segurança pública) responsabilizando-as criminalmente pela lamentável tragédia ocorrida hoje pela manhã na EM Tasso da Silveira.

Blogueiro que critica governos estadual e municipal foi baleado em Copacabana

24/03/2011

O blogueiro Ricardo Gama, que costuma fazer críticas e denúncias contra os políticos em nosso estado, como o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes, foi baleado na manhã desta quarta (dia 23 de março), em Copacabana. Segundo o boletim médico, o estado de saúde de Gomes é considerado grave e ele se encontra internado no Hospital Copa D'or. Gama é responsável pelo blog, <http://ricardo-gama.blogspot.com/> que se pauta pelas denúncias e críticas contra as autoridades estaduais e municipais.

Em setembro de 2009, o blogueiro fez uma grande cobertura, acompanhando as manifestações da rede estadual contra os ataques do governador contra o nosso plano de carreira, tendo dado grande destaque às denúncias sobre as agressões sofridas pelos profissionais de educação durante um tumulto ocorrido na frente da Alerj, quando PM agrediu manifestantes e apontou armas contra a categoria. Ele também colocou no blog imagens de Sérgio Cabral chamando um jovem morador da favela de Manguinhos de "otário", em 2009.

Na semana passada o blog dele fez uma cobertura sobre os incidentes ocorridos durante a manifestação contra a vinda de Obama ao Brasil, que culminaram na prisão de 13 militantes, entre eles quatro profissionais de educação e uma senhora de 69 anos.

Vamos esperar que as autoridades de segurança do estado apurem as causas do atentado e punam seus autores com a mesma rapidez e eficiência com que seus agentes agridem e prendem manifestantes que reivindicam seus direitos de forma pacífica ou moradores das nossas comunidades carentes.

Sepe exige a libertação imediata dos presos na manifestação contra Obama

19/03/2011

O Sepe repudia a atuação violenta da PM ontem no Centro do Rio durante a manifestação de vários partidos e instituições da sociedade contra a vinda do presidente norte-americano Obama ao Brasil, demonstrando incapacidade e desproporção de utilização de força. Treze manifestantes (incluindo um menor) foram agredidos e presos, entre eles o advogado do Departamento Jurídico do Sepe José Eduardo Brawnschweigere os diretores da entidade, Gualberto Tinoco e Rafael Rossi (direção da Regional III). Quando um governo age dessa forma, reprimindo trabalhadores na tentativa de impedir uma manifestação garantida pela Constituição brasileira, mostra também uma face truculenta e que não coaduna com a democracia.

O Sepe acompanha de perto a situação, inclusive juridicamente, e exige a libertação dos manifestantes presos até ontem na 5ª DP e que já foram transferidos para os presídios de Bangu (mulheres) e Água Santa (homens), onde aguardarão a decisão da Justiça – temos uma informação de que até uma senhora de 60 anos que apenas segurava um cartaz na manifestação também foi presa; há diretores no local e toda a estrutura do Sepe mobilizada na libertação dos manifestantes, pois sabemos que se hoje isso ocorre na mobilização contra o presidente Obama, amanhã poderá ocorrer contra a mobilização dos profissionais de educação. Aliás, todos se lembram da forma como a PM do governador Cabral reprime o movimento social, quando em 2009 um policial até apontou uma arma contra a categoria em frente à Alerj.

Não podemos aceitar isso! Não é normal que a polícia utilize de força desproporcional, colocando em risco a vida das pessoas que só queriam dizer NÃO a uma determinada situação. Quando isso ocorre, a democracia do país está em risco.

Obviamente, os partidos e instituições que participaram da manifestação não concordam com a utilização de artefatos violentos que foram usados por pessoas desconhecidas ao ato, trazendo inclusive a desconfiança de que sejam agentes provocadores. Por fim, somos solidários aos presos e exigimos que sejam imediatamente libertados – aqui disponibilizamos a nota do PSTU, que teve vários militantes aprisionados, e aqui um vídeo do início da repressão.

Diretoria de Sepe

Veja abaixo a relação dos manifestantes que foram presos durante a manifestação de ontem:

Gilberto Silva – eletricista, Rafael Rossi - professor da rede municipal e dirigente sindical do SEPE, Pâmela Rossi - professora do estado e casada, Thiago Loureiro - estudante de Direito da UFRJ, funcionário do Sindjustiça, Yuri Proença da Costa - funcionário dos Correios, Gualberto Tinoco "Pitéu" - profissional de educação da rede estadual e dirigente sindical do SEPE, Gabriela Proença da Costa - estudante de Artes da UERJ, Gabriel de Melo Souza Paulo - estudante de Letras da UFRJ, DCE-UFRJ, José Eduardo Braunschweiger – advogado, Andriev Martins Santos - estudante da UFF, João Paulo - estudante Colégio Pedro II, Vagner Vasconcelos - Movimento MV Brasil, Maria de Lurdes Pereira da Silva – doméstica,

Pressão da categoria derruba censura da Seeduc a professor

01/03/2011

A direção do Sepe acaba de ser informada pelo subsecretário de Gestão Escolar da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), Antônio Neto, que foi cancelada a carta de advertência ao professor de Filosofia Mauro Célio da Silva do Colégio Estadual Leopoldina da Silveira (Bangu). Ele recebeu a advertência da direção do colégio por ter denunciado à imprensa as péssimas condições da unidade. Na semana passada, os alunos realizaram protestos nestas escolas por causa do calor excessivo, agravado pela grande quantidade de alunos em sala de aula e pela falta de equipamentos de climatização. Pela manhã, a Seeduc havia endossado a advertência ao professor feita pela direção da escola. O sindicato avalia que a pressão da categoria fez o governo recuar na censura ao profissional.

Integrantes da comunidade escolar prometem usar mordanças na audiência pública amanhã na Alerj, às 10h, em protesto contra a censura ao professor. A audiência, que terá a presença do secretário de Estado de Educação, Wilson Risolia, vai discutir o plano de metas do governo.

No Leopoldina da Silveira, até hoje as obras para a instalação de aparelhos de ar condicionado não foram iniciadas e, por falta de reformas, as salas de aula funcionam com um número excessivo de alunos o que piora o problema do calor. Já no Colégio Estadual Bangu, a queixa de alunos e profissionais é que o governo instalou equipamentos de climatização, mas os aparelhos não funcionam.

Colégio Estadual de Magé fará protesto neta terça (dia 1º de março) para exigir conserto da rede elétrica danificada por incêndio causado por ar condicionado

28/02/2011

O Sepe Magé/Guapimirim convoca profissionais de educação e a comunidade escolar do Colégio Estadual Professor Balthazar da Silveira (Rua Guarani s/nº - Piabetá) para um ato na porta da escola, a partir das 8h, para protestar contra os problemas na parte elétrica do prédio causados desde a instalação de equipamentos de climatização pela SEEDUC. Durante todo o ano passado, o governo do estado realizou obras para a climatização da unidade, deixando de lado obras mais prioritárias como a reforma do teto da quadra de esportes – interdita pela Defesa Civil, renovação do mobiliário das salas de aula e contratação de professores. Desde a inauguração do sistema de ar condicionado a escola tem sofrido problemas com as instalações elétricas, que culminaram com um incêndio, no dia 24 de fevereiro, provocado por um curto-circuito, colocando a vida de profissionais e estudantes em risco, já que o fogo foi detectado por volta do meio dia em pleno horário de aula.

Desde então, a comunidade escolar vem se mobilizando para exigir da SEEDUC obras emergenciais de reparo nas instalações elétricas para que elas possam suportar os 50 aparelhos condicionadores de ar, já que os picos de energia são freqüentes e alunos já relataram ter tomado choques ao encostarem nas paredes da escola.

O ato desta terça-feira (dia 1º de março) servirá para alertar toda a comunidade de Magé sobre as reais condições de funcionamento das escolas estaduais, já que problemas elétricos depois da implantação do projeto de climatização do governo estadual vem sendo registrados em várias escolas. Outra denúncia que será feita no ato será a repressão da direção do CE Professora Balthazar e da Coordenadoria Metropolitana IV da SEEDUC contra os alunos. No dia 25 de fevereiro, a direção mandou fechar o Grêmio Estudantil numa tentativa de abafar o problema.

Curto circuito em ar condicionado provoca incêndio em escola estadual de Seropédica nesta manhã

14/02/2011

A Escola Estadual Valdemar Raiz Avenida Fernando Costa s/n – Centro de Seropédica) foi interditada pelo Corpo de Bombeiros, depois que um curto circuito no aparelho de ar condicionado instalado pelo governo do estado na unidade provocou um incêndio na manhã desta segunda-feira (dia 14/2). Segundo profissionais e alunos que se encontravam na escola pela manhã, o curto-circuito e o princípio de incêndio aconteceu quando o aparelho de ar condicionado instalado pela Secretaria Estadual de Educação foi ligado. As chamas rapidamente tomaram conta das instalações elétricas e os bombeiros foram chamados para conter o incêndio e resolveram interditar o prédio até que as instalações elétricas sejam regularizadas.

A escola permaneceu fechada durante o dia inteiro e os alunos ficarão sem aulas até que a SEEDUC providencie o reparo nas instalações elétricas.

Ar condicionado provoca incêndio em Colégio Estadual Professor Alfredo Balthazar em Magé

24/02/2011

Nesta quarta-feira (dia 23 de fevereiro), alunos professores e funcionários do Colégio Estadual Professor Alfredo Balthazar da Silveira em Piabetá, distrito de Magé, foram surpreendidos por um incêndio na parte elétrica da unidade. Ao final do 1º turno, por volta de meio-dia alunos e professores detectaram muita fumaça no corredor e saindo dos forros das salas de aula, iniciou-se um tumulto generalizado registrado por alunos com seus celulares, o desespero foi geral, desmaios, gente passando mal por conta da fumaça. Alunos relataram terem tomado choques elétricos ao encostarem em algumas paredes da escola.

Os ar-condicionados foram instalados na escola em meados de 2010 quando a escola teria passado por uma reforma em sua estrutura e em seu sistema elétrico para suportar os quase 50 aparelhos condicionadores de ar. Desde então professores, funcionários e alunos vêm observando picos constantes de energia. de certo a obra realizada pelo governo do estado para as instalação dos aparelhos, hoje não apresenta nenhuma segurança colocando em risco a vida de centenas de alunos e profissionais da educação desta unidade escolarem risco.

Artigo do Sepe em O Globo critica plano de metas da Seeduc

25/01/2011

O Sepe travou um debate com o jornal O Globo sobre o Plano de metas da Seeduc. O jornal, em sua página de opinião, ontem, dia 24, defendeu o governo. Na mesma página. o diretor do Sepe Alex Trentino assinou artigo criticando o projeto. A seguir, disponibilizamos o texto:

Enxugando gelo

A educação pública no estado do Rio vai mal. Essa não é nenhuma novidade. O penúltimo lugar no IDEB entre todos os estados brasileiros é apenas a expressão daquilo que professores e funcionários da rede estadual dizem há anos: com salários aviltantes e condições de trabalho degradantes, não há educação de qualidade que se sustente.

Também não há muita novidade no plano anunciado pelo secretário Wilson Risolia: remuneração variável, metas, suspeição sobre licenças médicas, padronização dos currículos e das avaliações. Tudo isso já foi visto pelos profissionais da educação: eram os pilares do famigerado Programa Nova Escola. O que o governo Cabral faz agora é colocar novos rótulos em velhas garrafas. Novidade mesmo, só o anúncio de que finalmente o Estado vai respeitar um direito de todo trabalhador: o auxílio transporte.

A grande lacuna do programa da secretaria de educação é não atacar o principal problema que leva ao abandono de profissionais da rede estadual de ensino: o salário. A promessa de que em 2012, o profissional poderá receber até três salários a mais por ano (caso cumpra as metas estabelecidas) é insuficiente para tornar a carreira na rede estadual atrativa. Vejamos um exemplo: um professor da rede estadual com graduação, no início de carreira, ganha R\$ 765,66. Comparando com outras redes com reconhecida qualidade no ensino, a situação é ainda mais dramática: um professor do CAP Uerj (mantido pelo mesmo governo estadual) ganha um salário equivalente a 4,3 professores da rede estadual. No Colégio Pedro II, o salário de um professor é 300% maior, sem contar a dedicação exclusiva. Essa disparidade

leva à saída de mais de 10 professores por dia útil das escolas estaduais. Enquanto o governo Cabral não modificar decisivamente esse quadro, estaremos apenas “enxugando gelo” com bonificações e auxílios.

Mas é claro que isso custaria mais dinheiro do que o governo pretende gastar com educação. Entre 2006 e 2010, os gastos com educação ficaram estagnados em 25% das receitas. Ou seja, Cabral não investiu um centavo além daquilo que é obrigado por lei, transformando o mínimo constitucional em “teto” e impossibilitando qualquer salto de qualidade na educação estadual. O plano do secretário Risolia, segue a mesma linha: não se fala em aumento dos investimentos em educação, mas em corte de gastos e remanejamento de verbas.

Mesmo onde o plano parece acertar, como no fim das indicações políticas para as direções, o seu caráter tecnocrático e produtivista impede o resgate da autonomia e da democracia no cotidiano escolar. A partir de agora, as direções estarão completamente subordinadas a metas e currículos definidos previamente, sem a participação daqueles que deveriam construir os destinos da escola: professores, funcionários, pais e alunos. O Plano do secretário Risolia desrespeita completamente o princípio da gestão democrática e aprofunda uma lógica onde a educação é encarada como serviço e não como direito.

Suspeitar das licenças médicas no lugar de dar condições dignas de trabalho, oferecer prêmios ao invés de melhorar salários, padronizar currículos e provas sem ampliar a grade curricular são atalhos que já se mostraram enganosos. Infelizmente, o governo Cabral parece querer insistir no caminho errado.

Assina: Tarcisio Carvalho

Ipea afirma: gasto na educação é o que mais eleva o PIB

07/02/2011

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do governo federal anunciou em seu Comunicado nº 75 que o gasto público na educação é o que mais eleva o PIB brasileiro. Segundo pesquisa do instituto, que utilizou dados de 2006, cada R\$ 1 investido na educação tem um retorno de R\$ 1,85 para o PIB. O diretor do Ipea, Jorge Abrahão, toca especificamente na questão salarial, ao dizer no site do instituto, que o gasto com educação, chamado de gasto social, “não gera apenas conhecimento. Gera economia, já que ao pagar salário a professores aumenta-se o consumo, as vendas, os valores adicionados, salários, lucros, juros”. Foram pesquisados os investimentos da União, estados e municípios.

Este estudo comprova como os investimentos para aumentar os salários dos profissionais de educação são fundamentais em todos os níveis de governo em nosso país. O Rio vive há anos uma grave crise no setor. Boa parte dessa crise, como o Sepe sempre denunciou, deve-se aos baixos salários. Ano passado, por exemplo, o prefeito Eduardo Paes poderia ter investido quase R\$ 1 bilhão a mais nos salários dos servidores, pois tinha receita para isso. Mas ele concedeu um reajuste de pouco mais de 4%. Já a rede estadual paga a seus professores salários 4,3 vezes menor do que aqueles pagos aos professores do CAP Uerj, por exemplo.

Este ano o sindicato está convocando as redes estadual e municipal do Rio para a primeira assembleia do ano. As assembleias se realizarão no dia 12 de fevereiro – às 10h a do estado; 14h a do município, no auditório da ACM. A categoria vai se mobilizar em torno do mote: sem valorização salarial do profissional não existe educação pública de qualidade.

Sepe se prepara para lançar campanhas salariais 2011 da educação estadual e municipal

10/02/2011

O Sepe realizará assembleias gerais para os profissionais das redes estadual e municipal do Rio no auditório da ACM (Rua da Lapa 186 – 6º andar), no sábado (dia 12/2). Pela manhã, às 10h, haverá uma assembleia da rede estadual, quando os professores e funcionários das escolas estaduais discutirão as estratégias para o lançamento da campanha salarial de 2011 da rede estadual. A partir das 14h, no mesmo local, será a vez dos profissionais das escolas municipais do Rio realizarem a sua assembleia que terá com um dos pontos de destaque na pauta de discussão a reivindicação de um plano de carreira unificado (professores e funcionários) para a educação municipal e reajuste salarial imediato.

Nota do Sepe: a reprovação educacional do governo Sérgio Cabral

03/01/2011

O governador Sérgio Cabral abriu seu segundo mandato falando à imprensa em “novas metas” para a educação; “de tirar o Rio do penúltimo lugar do Ideb” , de “gestão exemplar” etc (na foto, cópia da edição do Globo de 02/01). Em resumo, mais e mais promessas... Nos quatro anos do seu primeiro mandato o governador Sérgio Cabral teve diferentes oportunidades de cumprir as promessas que fez durante a sua primeira campanha eleitoral para o governo estadual em 2006. O saldo orçamentário cresceu ano após ano do mandato e a promessa de incorporação da totalidade da gratificação do Nova Escola foi sendo adiada. A reação coletiva da categoria na greve de defesa do plano de carreira do magistério em 2009 forçou Cabral a recuar e desistir de mexer no plano, além de ter que reconhecer os professores de 40 horas no mesmo plano e corrigir a remuneração dos Animadores Culturais.

Infelizmente, o parcelamento proposto para a incorporação do Nova Escola até 2015 não foi alterado e os funcionários administrativos não tiveram seu enquadramento e a consequente melhoria salarial garantida. Durante todo o ano de 2010, sucessivas promessas de tentativas de avanço nestes pontos, feitas pelas lideranças do governo na Alerj, não tiveram qualquer concretização. Agora, o governador começa o segundo mandato fazendo novas promessas para tentar esconder o verdadeiro fracasso educacional do seu primeiro mandato.

Antes de querer impor metas ou desempenho para cada escola o governo estadual deveria fazer o "seu dever de casa": enquadrar os funcionários administrativos no planos de carreira com salários dignos, incorporar imediatamente a totalidade das parcelas restantes do Nova Escola, acatar totalmente a emenda constitucional já aprovada sobre a Animação Cultural, garantir o aumento real do investimento orçamentário na educação possibilitando progressivo ampliação de escolas onde é necessário, da quantidade de vagas para os alunos e da remunerações aos servidores. Sem que isso seja feito a única meta que será alcançada será mais uma reprovação educacional do governo Cabral.

O desempenho educacional tem relação direta tanto com o esforço dos alunos como com a qualidade da carreira dos educadores e das condições de trabalho existentes nas escolas. Caso o governador continue fazendo o mesmo investimento decepcionante, quantitativamente e qualitativamente, que fez nos últimos quatro anos - e devemos registrar: foram dos melhores anos em termos orçamentários devido aos royalties do petróleo -, sofreremos o risco de deixar o penúltimo lugar educacional para alcançar o último. O Sepe defende que a meta e desempenho na educação pública estadual somente podem ser relacionadas com a valorização dos planos de carreiras existentes e de uma melhoria orçamentaria real que não dependa de "bônus", "gratificações", "abonos" que excluem os aposentados e todas as perspectivas de carreira dignas de receber esse nome.

Direção Estadual do Sepe/RJ

Abono “de natal” é a prova de que salários poderiam ter sido reajustados

21/12/2010

O governo do Estado publicou no Diário Oficial esta terça-feira (21) o Decreto nº 42.753, com data de 20 de dezembro de 2010, no qual concede uma gratificação extraordinária (em uma única parcela) para os profissionais da rede estadual lotados nas escolas, no valor de R\$ 500,00. Ficaram de fora do abono os aposentados e pensionistas. O benefício não contará para incorporação aos vencimentos nem para qualquer tipo de cálculo que incida sobre a remuneração dos profissionais. Além disso, quem tem duas matrículas receberá o abono apenas por uma delas.

De acordo com o Decreto, receberão a gratificação 50.949 professores, que atuam em sala de aula, 9.746 servidores extra-classe e 14.065 funcionários administrativos das escolas. O gasto está estimado em R\$ 37,3 milhões. A previsão é de que o dinheiro seja depositado na quinta-feira (dia 23 de dezembro).

O Sepe mantém a posição de que a rede estadual precisa mesmo é de um reajuste salarial para a recomposição emergencial dos salários dos profissionais de educação e paridade para todos os aposentados e pensionistas. Também reivindicamos a incorporação imediata e integral da gratificação do Nova Escola, que está sendo paga em parcelas que só terminarão em 2015. O abono anunciado agora deixa claro que o governo do estado utilizou uma sobra de caixa, que pode ser oriunda dos recursos do Fundeb, que o Estado não repassa para a categoria. Assim, o abono “de natal” é a prova de que salários poderiam ter sido reajustados.

Esse “presente de natal” é a prova que o governador não aumentou os salários dos profissionais da educação em 2010 porque não quis. Os R\$ 37 milhões gastos com esta

gratificação extraordinária foram “sobra de caixa”. Dinheiro que sobrou no final do ano porque não foi aplicado onde e quando devia ser aplicado. Dessa forma, para gastar o mínimo constitucional, o governador precisou inventar uma gratificação de final do ano. Em 2010, a educação não teve nenhum reajuste salarial.

Essa é mais uma prova do descaso do governador Cabral com a educação pública. O esforço do governo para economizar com a educação destrói, a cada ano, as condições de trabalho dos profissionais de educação, significando um ataque a toda população do Rio de Janeiro. Somente a luta organizada pode fazer de 2011 um ano diferente! Todas à assembleia da Rede Estadual, dia 12 de fevereiro, na Associação Cristã de Moços (ACM), Lapa, às 10h.

Ensino à distância, a mais nova piada do governador

16/11/2010

Parece piada, mas não é: o governo do estado vai recorrer às aulas à distância para tentar suprir a carência de professores nas escolas. A idéia é que “um só mestre se comunicará com até 4 turmas espalhadas pelo estado por um telão especial e câmeras que captam som e imagem”, como está na matéria de O Dia de domingo. Esta idéia é principalmente uma atestado de incompetência do governador Cabral para resolver a grave crise da educação em nosso estado. Afinal, quem quer ser professor com o salário de fome pago pelo por este governador? Assim, para salvar as aparências, para o governo só resta mesmo o ensino à distância...

É importante lembrar que nos últimos dois anos o governador concedeu ZERO por cento de aumento salarial e que desta forma não há incentivo para que os jovens se aventurem numa carreira sem a devida valorização.

Este programa, se realmente levado adiante, também renega a importância do professor para o processo de aprendizagem do aluno; aulas à distância não podem ser a solução séria para a conquista de uma sociedade melhor. Isso sem contar que o investimento necessário novamente passa pela compra de equipamentos caros, o que já rendeu muita denúncia de irregularidades orçamentárias a este governo – relembrem as compras superfaturadas dos equipamentos de informática denunciadas pela imprensa.

Assim, o Sepe é radicalmente contrário a um programa que troca dezenas de professores em salas de aulas por apenas um, à distância. Não será cortando custos com os profissionais que nosso sistema educacional irá melhorar; e também não será com essa falsa idéia de modernidade que as escolas e o ensino em nosso estado darão um salto de qualidade. O que o governador tem que fazer é o simples: aplicar as verbas que a lei manda em nossa educação, tendo como uma das prioridades a melhoria salarial dos profissionais, com a conseqüente melhoria das condições de trabalho.

O Globo publica artigo do Sepe contra a meritocracia

25/10/2010

O jornal O Globo de hoje publicou um artigo do diretor de Imprensa do Sepe, Tarcísio Motta de Carvalho, em que ele defende a educação pública. O artigo foi publicado na página 6 e trava um debate com o jornal, que defende, em artigo publicado na mesma página, a política de bonificações e a meritocracia. Abaixo, o artigo do Sepe:

Em 2006, o então candidato Sergio Cabral enviou para a casa de milhares de professores uma carta com seus “compromissos com a educação”. Além das promessas sobre valorização salarial, plano de carreira e concurso para funcionários, constava que “a Secretaria de Educação terá como titular pessoa com histórico na área de educação e vínculos com o magistério” Tal proposta não estava ali por acaso: os profissionais da educação sabem que é fundamental ter vivido as alegrias e as dores da sala de aula da escola pública para entender e propor políticas que transformem a educação estadual.

Reeleito, o governador “esqueceu” mais esse compromisso: nomeou um secretário de educação que não tem qualquer vínculo com a escola pública, um economista com passagem pela Caixa Econômica Federal e pelo Rio Previdência. Wilson Risolia assumiu anunciando que vai estabelecer um sistema de bonificações semelhante ao implantado na Polícia Militar. Mais uma vez, a opção política do governo estadual é apostar em um modelo de gestão descolado da realidade educacional de alunos e professores. Uma gestão empresarial e mercadológica,

voltada para uma concepção produtivista da educação que parece ter definitivamente virado moda.

Estabelecer metas de desempenho para a educação não é exatamente uma novidade. O programa Nova Escola dos governos Garotinho/Rosinha já utilizava a idéia de vincular o salário de professores e funcionários aos resultados de determinados indicadores e de uma prova feita pelos alunos. Mostrou-se um tremendo fracasso educacional. Até a ex-secretária adjunta de Educação do governo Clinton, Diane Ravitch, autora do livro *The Death and Life of the Great American School System*, lançado nos EUA, reconhece que o sistema de premiação implementado naquele país não resultou em qualquer melhoria educacional, já que os alunos eram apenas treinados a responder os testes realizados.

O grande problema das políticas educacionais baseadas na meritocracia está na falsa concepção de que depende apenas do esforço do professor o resultado do processo de ensino aprendizagem. É o que acontece com o IDEB, criado pelo governo federal: a partir de um índice padronizado, instituiu-se um ranking que estimula a competição como se fosse possível utilizar os mesmos critérios para avaliar estruturas e condições de trabalho completamente diferentes e culpar os professores pelos resultados obtidos.

Ao invés de anunciar mais um programa baseado em bonificações, o novo secretário deveria, por exemplo, resolver o problema da redução da grade curricular: para esconder a falta de professores, o governo estadual diminuiu a quantidade de aulas e assim, enquanto os alunos do Colégio Pedro II tem até 36 tempos semanais, a rede estadual mantém uma grade com 30 tempos para o Ensino Médio e 25 tempos para o Fundamental. Esse limite não será superado por qualquer política baseada em índices, prêmios e punições.

Como afirmava Paulo Freire, “transformar a experiência educativa em puro treinamento é mesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

Assina o artigo o professor Tarcísio Motta de Carvalho, diretor do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe/RJ).

Nota do Sepe sobre a morte de um aluno em Ciep de Costa Barros

16/07/2010

Com respeito à morte do aluno Wesley Rodrigues de Oliveira, de 11 anos, ferido por uma bala perdida dentro de sala de aula no Ciep Rubens Gomes (Costa Barros), o Sepe lamenta o ocorrido, que é mais uma prova do aumento da violência que ameaça profissionais e alunos nas escolas públicas do Rio de Janeiro.

Há alguns anos, o sindicato tem denunciado nos mais variados fóruns (Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretarias estadual e municipal de Educação, Câmara de Vereadores e OAB/RJ) o perigo que ronda o ambiente escolar, não só na área interna das unidades municipais e estaduais mas, também, o entorno das escolas – muitas delas localizadas dentro ou próximas de áreas consideradas de risco.

Em 2006, o Sepe divulgou um dossiê que relacionava cerca de 200 escolas localizadas em áreas de risco, mas até hoje as autoridades não tomaram providências no sentido de aumentar as condições de segurança e funcionamento das escolas.

O sindicato também reivindicou das secretarias de Educação normas claras para o funcionamento das unidades no caso de ocorrência de conflitos, já que, muitas vezes, as direções de escolas não têm autorização para fechar as portas ao primeiro sinal de confrontos entre policiais e bandidos.

Um dos problemas mais visíveis nas escolas públicas é a falta de porteiros e inspetores de alunos. A carência desses profissionais piora a violência nas unidades, já que é impossível para um corpo pequeno de profissionais zelar pela segurança, em muitos casos, de centenas de alunos.

Ministro Carlos Lupi entrega registro sindical do Sepe em cerimônia na sede do sindicato

05/03/2010

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, entregou hoje à diretoria do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação/RJ (Sepe) o registro sindical da instituição, em cerimônia realizada

há pouco na sede do sindicato. Desde a sua fundação há 33 anos que o registro era reivindicado pelo Sepe. Em sua fala, ao entregar para os coordenadores do Sepe o documento oficial, o ministro disse que “estava sendo reparada uma injustiça de 33 anos”.

O registro emitido pelo Ministério do Trabalho, publicado no dia 3/03 no D.O. da União, reconhece o direito do Sepe de representar a categoria dos profissionais de educação no Estado do Rio de Janeiro na defesa de todos os seus interesses. Participaram da homenagem o deputado federal Chico Alencar (PSOL), o deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e os vereadores Jorge Manaia (PDT) e Eliomar Coelho (PSOL), além de representantes do Pcdob, PCB, PT e do PSTU.

A concessão do registro ao Sepe representa uma grande vitória das lutas dos profissionais de educação das redes públicas do Rio de Janeiro, envolvendo professores, funcionários administrativos e aposentados da Educação. Ela garante o direito de representatividade do sindicato na luta pelos interesses da categoria e da população fluminense e na defesa intransigente da qualidade do ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Nos seus 33 anos de atividade, o Sepe e os cerca de 55 mil profissionais de educação a ele filiados sempre se colocaram à frente da defesa da escola pública em nosso estado. A concessão do registro é um reconhecimento das autoridades governamentais da importância do papel desempenhado pelo sindicato nesta luta.

Fevereiro de 2009 (boletins do Sepe):

Escândalos diversos em licitações e superávit de mais de R\$ 2 bilhões - Imprensa denuncia favorecimento em compra de computadores pelo estado

O Globo denunciou, no dia 13 de fevereiro, que a empresa Investiplan Computadores e Sistemas vem sendo favorecida na compra de material de informática pelo governo do estado, principalmente na Educação. A empresa pertence a Paulo Trindade, sócio em negócios de pecuária do deputado estadual Jorge Picciani (PMDB), presidente da Alerj e um dos principais apoiadores do governador Sérgio Cabral.

A matéria faz a ligação do empresário com a educação: “A Investiplan venceu os principais contratos através de disputas em pregão eletrônico (...). O maior deles foi a compra de 31 mil notebooks para os professores ao custo de R\$ 58,9 milhões. Para 2009, um consórcio liderado pela empresa já garantiu um contrato de aluguel de 21.939 computadores para as salas de aula por R\$ 35,7 milhões”.

A necessidade de informatização das escolas é um fato, mas também é verdade que o governador não investe na infra-estrutura das unidades. Grande parte dos prédios nem sequer tem salas próprias para a instalação de computadores, por exemplo. A mesma lógica encontrada nas licitações (pregões) dos materiais de informática é encontrada na centralização da compra de merenda escolar no estado, cujos contratos, segundo a imprensa, chegam a R\$ 1 bilhão. Por causa da denúncia do MP e vereadores, os pregões que ocorreriam em outubro do ano passado foram adiados – à época, foi noticiado que uma firma envolvida no escândalo da merenda em São Paulo participaria dos pregões.

Também é de conhecimento público que a FESP e o Proderj estiveram envolvidos em licitações suspeitas.

BOLETIM 28/04/2009

Escândalos diversos em licitações e superávit de mais de R\$ 2 bilhões comprovam que o governo tem dinheiro. Então por que nossos salários continuam miseráveis?

O governador Sérgio Cabral começou 2009 com ataques à educação estadual, anunciando a instalação de pontos eletrônicos nas escolas e câmaras de TVs nas salas de aulas para “fiscalizar” a presença de alunos e professores. Já o secretário de Fazenda Joaquim Levy anunciou cortes no orçamento de mais de R\$ 3 bilhões, alegando a crise financeira mundial. Na verdade, mais uma desculpa para tentar continuar com o arrocho salarial.

Mas esse discursinho “chove não molha” desaba ao sabermos que o governo anunciou, em fevereiro do ano passado, um superávit de R\$ 2,28 bilhões. Como então o governador afirma não ter dinheiro? Essa pergunta é mais importante ainda, se lembrarmos dos escândalos nos pregões para a compra de merenda, material de informática e contratação de terceirizados. A

imprensa comprovou esses pregões não passam de uma cortina de fumaça para a transferência de dinheiro público para a iniciativa privada.

Ou seja: dinheiro para ajudar os amigos do governador existe. Mas para reajustar nosso salário de maneira digna e melhorar as condições de trabalho não tem um tostão! Contra tudo isso, a resposta tem que ser a nossa mobilização.

No dia 13 de maio tem paralisação de 24 horas, com ato em frente à SEPLAG, às 11h, e assembleia, às 15h, na ABI. O mote da paralisação é o seguinte, tendo em vista o 13 de maio: Sérgio Cabral: educador não é escravo; educação não é negócio – contra a privatização da escola pública!

BOLETIM JUNHO DE 2009

Governo faz “caixa” com arrocho de servidor

Foi divulgado no dia 28 de maio pela Secretaria Estadual de Fazenda o “Relatório da Gestão Fiscal”, que abrange a despesa com o pagamento de pessoal do governo no período de maio de 2008 a abril de 2009 (últimos 12 meses). O relatório apura como está a despesa com o pagamento dos servidores, tendo em vista os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pois bem, a lei limita o gasto em até 49% da receita líquida. Mas o governo Sérgio Cabral nem chegou perto disso, tendo gastado apenas 23,68%. Em termos absolutos, o relatório apresenta um valor da “Despesa Total de Pessoas de R\$ 7,558 bilhões frente a uma Receita Corrente Líquida de R\$ 31,934 bilhões”.

A pedido do Sepe, o economista do DIEESE, Jardel Leal, analisou o estudo da Fazenda e chegou à conclusão que “o Estado do Rio de Janeiro apresenta-se como aquele em que se dá o menor comprometimento da Receita Corrente Líquida com as Despesas com Pessoal do país”. Esse percentual de gastos comprova o que o Sepe sempre denunciou: o governador paga um salário miserável a seu servidor, apesar de ter totais condições de implementar uma melhor remuneração.

O pior (pois é, ainda tem coisa pior...) é que um estudo anterior da Fazenda mostrou que o gasto no ano passado foi até maior, chegando a 23,91% da receita. Ou seja, o governador “conseguiu” aumentar o arrocho.

Segundo o DIEESE, existe um amplo espaço dentro da lei para aumentar nossos salários

A LRF orienta que os estados gastem 46,55% da receita dentro de um limite que a lei chama de “prudencial” ou um limite prudente. Levando em consideração esse limite, o departamento faz a seguinte abstração: “Tomando o valor do limite prudencial, que no caso do Rio de Janeiro ficou em R\$ 14,860 bilhões, e subtraindo deste o valor indicado, no Relatório da Gestão Fiscal, como Despesa Total com Pessoal de R\$ 7,558 bilhões, temos uma diferença de R\$ 7,302 bilhões. Esta diferença corresponde a 96,6% do valor apresentado como gasto pelo governo com Despesa Total com Pessoal, no período de maio de 2008 a abril de 2009. Isto permite concluir que existe um amplo espaço para as negociações salariais entre os representantes dos funcionários públicos do estado e governo”.

Em outras palavras, o governador não pode alegar a LRF para impedir um reajuste digno. Os números comprovam, por outro lado, que a dita política de saneamento tocada pelo governo se dá, principalmente, em cima de um arrocho brutal. O DIEESE também afirma que “o governo do Rio é o que apresentou o menor gasto relativo com pessoal ativo entre todos os estados brasileiros”.

O DIEESE termina sua análise com uma pergunta fundamental: “qual o grau de sustentabilidade de um modelo de gestão pública baseado na redução drástica dos gastos com Pessoal Ativo, tanto do ponto de vista da prestação do serviço público, de fundamental importância para a população fluminense, quanto do ponto de vista da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado?”

Com isso, entendemos porque nossos serviços públicos essenciais estão tão ruins, praticamente sucateados.

Governo tem boas condições fiscais e financeiras para promover reajustes dignos

O DIEESE analisou também o “Boletim de Transparência Fiscal do 2º bimestre 2009”. Segundo o departamento, os dados desse boletim confirmam que a situação orçamentária do estado do

Rio está “em boa situação (...), o que nos faz crer que não há porque supor que o quadro venha se deteriorar pelos próximos meses”. Assim, não dá nem pra apelar para a crise mundial, como fez recentemente o secretário de Fazenda, Joaquim Levy, para explicar os cortes no orçamento nos serviços e os baixos salários.

Afirma o relatório do DIEESE: “As receitas correntes alcançaram R\$13.503,34 milhões até abril de 2009, 12,5% a mais em relação ao mesmo período de 2008. No 2º bimestre, o montante foi de R\$6.356,41 milhões, 20,9% maior frente ao 2º bimestre do ano anterior. As receitas tributárias do primeiro quadrimestre de 2009 ultrapassaram o valor correspondente de 2008 em 16,6%, enquanto as receitas tributárias do 2º bimestre superaram aquelas do respectivo bimestre de 2008 em 22,0%”.

O DIEESE também analisou o relatório anterior da Fazenda, com os números fiscais de 2004 a 2008. Segundo os cálculos de utilização da receita corrente líquida e despesa de pessoal do Poder Executivo, o governo estadual comprometeu 23,91% em 2008 com pagamentos de pessoal, enquanto, em 2004, a governadora Rosinha – que também marcou sua gestão pelo arrocho salarial do funcionalismo – comprometeu 31,25%. Portanto, o governo atual “conseguiu” arrochar mais seus servidores do a ex-governadora. Realmente, um triste feito esse do governador Cabral...

Os profissionais de educação não podem permitir este arrocho! Temos que nos mobilizar e pressionar o governador a incorporar o Nova Escola e exigir reajuste salarial de 66% para recomposição das perdas salariais dos últimos anos, mais 15% de ganho real.